

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

***As Dinâmicas Sócio-Espaciais nos bairros
operários da Capital Paulista.***

DANILO MARTINS DE CASTRO

Orientador: Prof^o. Dr. Fadel David Antônio Filho

Dissertação de Mestrado elaborada
junto ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia – Área de
Concentração: Organização do
Espaço, para a obtenção do Título de
Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)

2010

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho – Orientador

Prof^a Dr^a Solange Terezinha de Lima Guimarães

Prof^a Dr^a Andrea Coelho Lastória

Danilo Martins de Castro – Aluno

Rio Claro, 29 de Setembro de 2010.

Resultado: **APROVADO**

AGRADECIMENTOS

- Ao professor Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho, pela sua orientação ao longo do desenvolvimento deste trabalho e por toda a sua ajuda ao longo desse período;
- Ao meu Pai e minha Mãe (*in memoriam*), pela educação e formação que me deram ao longo de minha vida e pelo esforço em poder me dar condições para estudar, a Julia e o Lucas (irmãos) por toda a paciência que tiveram comigo enquanto moramos juntos;
- Aos meus avós, onde as conversas com cada um me ajudaram a enxergar mais além do que eu poderia imaginar;
- A Pri, um anjo, que esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida acadêmica e que nossa relação possa durar para sempre.
- Ao Aldo (chileno), André (Felix), Adriano (PC), Ti Fai, Gui, Valderi, Ale (sangue), amigos da Republica Quarta – Feira que são uma segunda família, em que as discussões, brincadeiras, farras, festas e principalmente o sentido de amizade, me ajudaram a passar por mais uma etapa da vida.
- Aos amigos e colegas de trabalho da E.E. Lucy Anna C. Latorre que durante esse período do mestrado me incentivaram a sempre continuar em frente.

ÍNDICE

	Página
SUMÁRIO.....	<i>iii</i>
LISTA DE FIGURAS.....	<i>iv</i>
LISTA DE MAPAS.....	<i>iv</i>
LISTA DE TABELAS.....	<i>iv</i>
RESUMO.....	<i>v</i>
ABSTRACT.....	<i>vi</i>
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	9
CAPÍTULO II.....	30
CAPÍTULO III.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	105

SUMÁRIO

	Página
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
Fundamentos Teórico-Metodológicos.....	4
 CAPÍTULO I: A CULTURA NOS ESTUDOS DE GEOGRAFIA.....	 9
1.1. Geografia Francesa e Gênero de Vida.....	11
1.2. Conceito de Cultura e a Geografia Cultural.....	19
1.3. Identidade e Lugar.....	26
 CAPÍTULO II: A CIDADE DA INDÚSTRIA E DOS NOVOS NEGÓCIOS.....	 30
2.1. O Processo de Urbanização Paulistana.....	37
2.2. A Indústria Paulista.....	47
2.3. O Bairro, a rua e a casa.....	50
2.4. ... enfim a comunidade!.....	65
2.5. Os Bairros Industriais.....	68
 CAPÍTULO III: A SÃO PAULO ITALIANA.....	 77
3.1. O Processo Migratório e a Fixação.....	79
3.2. As Formas de Manter a Cultura.....	86
3.3. A Imigração Italiana.....	90
3.4. O Cotidiano dos Bairros Industriais.....	94
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 102
 REFERÊNCIAS.....	 105

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1: Rua 15 de Novembro (1906).....	32
Figura 2: A Casa do Engenheiro-chefe.....	61
Figura 3: Vila Operária na Região da Mooca.....	63
Figura 4: Casa na Mooca.....	64
Figura 5: Vila Penteado, Higienópolis, no começo do século XX.....	68
Figura 6: Planta das Casas de Operários.....	71
Figura 7: Hospedaria dos Imigrantes.....	72
Figura 8: Operários em frente a tecelagem Mariângela da Família Matarazzo, inaugurada em 1915.....	74
Figura9: Moinho Matarazzo, inaugurado em 1900.....	75
Figura 10: Noite de inauguração do Teatro municipal em 1911.....	77
Figura 11: Festa de São Vito Mártir no bairro do Brás.....	89
Figura 12: Casa na Rua dos trilhos no bairro da Mooca, em 1929.....	95

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área Urbanizada da Cidade de São Paulo em 1872.....	33
Mapa 2: Área urbanizada da Cidade de São Paulo entre 1882/1914.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cidade de São Paulo – Número de prédios segundo os distritos: 1911-1918.....	42
Tabela 2: Cidade de São Paulo – Número de Fábricas: 1880/1901.....	47
Tabela 3: Cidade de São Paulo – População segundo as freguesias e municípios: 1874.....	73
Tabela 4: Brasil e Estado de São Paulo – Entrada de Imigrantes: 1827 a 1940.....	82
Tabela 5: Cidade de São Paulo – Atividade Industrial: 1921-1922.....	85

RESUMO

Este trabalho aborda dentro da Geografia Cultural a importância da cultura na produção do espaço, tendo em vista o processo de industrialização da capital paulista, acentuando a cidade de São Paulo como um pólo de atração de movimentos migratórios. A introdução dessa nova massa populacional faz com que a cidade de São Paulo sofra mudanças estruturais, sendo que a mão de obra imigrante e a sua cultura regional tornam-se um dos fatores para essas mudanças. O trabalho faz um levantamento sobre o conceito de cultura abordado pela Geografia, dando destaque as escolas geográficas da França e da Alemanha, abordando o conceito de gênero de vida trazido para a Geografia por Vidal de La Blache.

Palavra-Chave: bairros operários, lugar, cultura, capital paulista, Geografia Cultural, imigrantes.

ABSTRACT

This work deals with the importance of the culture in the production of space, taking in mind the process of industrialization of the capital of São Paulo, once it is an icon of the migrating movements. The establishment of this new population mass forces the city of São Paulo to pass through structural changes, basically by the manual work of the immigrants as well as his regional culture becomes one of the main factors of these changes. This work makes a research about the concept of the culture dealt by Geography, pointing the geographical schools of France and Germany, dealing with the concept of genre of life brought to the Geography by Vidal de La Blache.

Key-words: workers counties, place, culture, capital of São Paulo, Cultural Geography, immigrants

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa contribuir na produção dos estudos voltados para a Geografia Cultural. Embora essa escola seja particularmente recente no Brasil, os avanços dos estudos voltados para a cultura e a formação cultural do povo brasileiro vêm acentuando-se cada vez mais, principalmente devido ao processo de globalização em que vivemos, embora a cultura por muitas vezes é considerada apenas como mais um fator do sistema capitalista e as reações de grupos culturais com a exposição de sua arte, seus costumes e seus modos de vida sejam vistos apenas como um novo mercado a ser descoberto.

Assim, o trabalho busca resgatar a formação dos bairros operários da cidade de São Paulo entre o final do século XIX e a metade do século XX, abordando essa problemática pelo fator cultural, tendo com hipótese, então, a cultura como mais um fator de produção do espaço.

O objetivo não é colocar a problemática cultural como uma nova forma de mercado, mas sim, como grupos culturais que utilizam sua cultura, seus valores e sua tradição para tornar o novo local, um novo lugar para se viver.

A cidade de São Paulo, que passa a sofrer constantes transformações em todos os setores desde político até infra-estrutural, também se vê em um novo processo demográfico.

Se a Lei Áurea possibilitou a libertação dos escravos, sendo que visava à criação de mão-de-obra imposta pelo mercado estrangeiro, devemos diretamente subentender, aos agrados da Inglaterra, que a nova burguesia paulista vai a Europa buscar mão-de-obra, pois se recusava a contratar seus antigos escravos.

A cidade também passa pela necessidade de se modernizar, ou melhor, de se “Europeizar”, tornar seu centro mais belo, nos moldes das grandes cidades européias, principalmente Paris.

A mão-de-obra imigrante, antes das levas de imigrantes para São Paulo, tem fundamental importância nesse período. Posteriormente, a cidade volta a crescer, a se verticalizar, como ocorria nos Estados Unidos, e mais uma vez, a mão-de-obra européia ganha destaque, com a construção do Edifício Martinelli, no centro da capital paulistana.

A cultura não vem só nas grandes obras. Ela está principalmente no cotidiano das pessoas e da materialização de seus atos. Com isso, os bairros operários demonstram a origem de sua população nas vendas, nas festas, nos costumes, nos hábitos, mas principalmente, na sonoridade de suas falas, em que era possível perceber os sotaques e as incorporações de palavras da língua de origem, na tentativa de se comunicar na língua portuguesa.

A cultura sim deve ser compreendida como mais um fator de produção espacial, mas nunca o único, se não cairíamos novamente em um determinismo cultural, estabelecida pela Escola de Berkeley.

Os estudos sobre cultura, principalmente no meio urbano, devem estar vinculados as ações políticas e econômicas de cada local, sendo que a cultura atua como fator determinante de uma dada comunidade em incorporar ou não as interferências externas.

Os recortes temporais que este trabalho propõe são justamente com a formação de uma São Paulo industrial, onde a cidade sofria constantes mudanças estruturais devido ao novo momento político-econômico. Assim, a sua transformação ocorria intensamente, devido à nova “necessidade” do local: a indústria. Essa necessidade era baseada em um momento crítico da agricultura cafeeira, onde seus aristocratas, visando prosperar em um novo ramo de atividade, e também, sentindo a queda do valor do café no mercado, investem nesse novo ramo econômico.

Para o Brasil, a implantação de indústrias na segunda cidade mais importante do país, no período, tornava-se vantajosa, devido à tentativa de inserção de novos produtos dentro de um mercado interno. Buscava-se afirmar essa ordem econômica existente e pós-1930, a implantação de políticas públicas visando à propagação de uma marcha migratória para a cidade, iniciando um processo de urbanização do Estado nacional e, conseqüentemente, de uma concentração populacional em São Paulo.

Outro ponto que facilitava a fixação de indústrias na capital paulista está intimamente ligado à integração de imigrantes ao cenário local.

A chegada de imigrantes, patrocinada pela iniciativa privada e o governo brasileiro, traz para o Brasil e, principalmente, para São Paulo, uma mão-de-obra qualificada para o novo momento industrial, visto que a massa imigrante que chegava principalmente vinda da Itália, já havia passado por todo o processo de

formação industrial de seu país. Moraes (1988) ressalta que, a entrada de imigrantes era alimentada também pela “busca da melhoria da raça”. Dessa forma, o governo brasileiro institucionalizava as ações migratórias, possibilitando assim, vantagens para os agricultores e, posteriormente, os industriais que utilizassem a força de trabalho de tal população.

A crise do setor agrícola concomitantemente com a desilusão da população imigrante, que viu o paraíso oferecido em campanhas de publicidade na Europa tornar-se uma falsa realidade, proporcionou uma fuga dessa população do campo para a cidade.

Tal fuga contribui diretamente para um crescimento populacional urbano e para o surgimento de bairros com caráter industrial, proporcionando uma nova paisagem para a periferia urbana.

Portanto, deve-se compreender que a formação industrial da cidade de São Paulo está intimamente ligada com o processo migratório que o Brasil passa a proporcionar com mais intensidade a partir de 1870 até 1930. Esse período se torna primordial para a formação da base industrial da capital paulista e para a formação da sociedade paulistana, em todas as camadas sociais presentes ao período.

É nesse contexto que estudo as ações intrínsecas do processo industrial e dentro dessa nova produção da periferia paulista, onde se visava marginalizar essa nova população, com a criação de bairros industriais.

A pesquisa enfoca a criação e o cotidiano dos bairros operários, na atual zona leste da cidade de São Paulo, fundamentando-se na contradição da construção do espaço em conjunto com o resgate de tradições culturais do imigrante, na tentativa de tornar esse novo local, sua terra natal.

Deste modo para melhor compreensão do tema abordado, este trabalho está dividido em três capítulos. O Primeiro Capítulo abordará o conceito de cultura e de gênero de vida, trazido por Vidal de La Blache dos estudos da Sociologia, tentando resgatar esse conceito da Geografia Possibilista Francesa, nos estudos sobre cultura, embora muitas vezes fosse utilizado o termo civilização. O capítulo também aborda os conceitos de identidade e lugar, que são fundamentais para a compreensão da vida de bairro e cotidiano, visto que a formação dos bairros também é, por muitas vezes, uma questão de identidade de grupo e o cotidiano é a utilização do espaço do bairro.

O Segundo Capítulo traz a formação e transformação urbana da cidade de São Paulo e o entendimento sobre o que é o bairro e vida cotidiana, já discutindo algumas ações tomadas no espaço, que se apropriam dele e o tornam um local seguro para determinados grupos. A idéia de segurança, neste trabalho, é tratada como uma forma de identificação com o local, tornando este o seu local de uso e de suas manifestações.

O Terceiro Capítulo dá ênfase a imigração italiana na cidade de São Paulo e como ela se estrutura dentro do processo de industrialização e crescimento da cidade. Nesse capítulo também enfocado as formas de manifestações culturais, evidenciando assim os bairros como locais de propagação da cultura.

Para esta pesquisa foi utilizado um grupo de autores que abrangem desde a temática sobre Geografia Cultural até a produção do espaço da capital paulista. Dentro da Geografia Cultural foi utilizada, principalmente, como base teórica os autores Paul Claval, com a sua obra “Geografia Cultural” (2001) e a coletânea de artigos organizados por Roberto Lobato Corrêa e Zeni Rosendahl (1999, 2003, 2005). Em relação à cidade de São Paulo, as obras de Ana Fani Alessandri Carlos, tanto como autora quanto organizadora, contribuíram para evidenciar a dinâmica espacial da capital paulista. Já para a fundamentação teórico-metodológica, foram utilizadas as obras de Marx e Engels, mas principalmente as obras de Antonio Carlos Robert de Moraes, que evidenciam o mesmo método aplicado por Karl Marx.

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Pensar na formação do espaço, entendendo que este é construído de acordo com o tempo histórico e mantendo rugosidades (termo cunhado por Milton Santos) históricas, ou seja, resquícios de outros tempos históricos na sua formação fizeram com que fosse necessário utilizar um método de análise que fugisse do dedutismo e da aplicabilidade de uma única lei, estabelecendo um determinismo das ações por qualquer causa.

Assim, compreendendo que a própria formação da sociedade humana ocorre de forma contraditória, em que o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual, faz com que gere formas de

pensamento que irão interferir diretamente na produção do espaço, estabelecendo normas que afetaram direta ou indiretamente um grupo social.

Dessa forma, começa a ser explicada a disposição das comunidades imigrantes nas áreas periféricas da cidade de São Paulo, em que os fatores políticos, concomitantemente assegurados pelos interesses de determinadas classes sociais, desenvolveram um sistema de exclusão social, através do trabalho, por meio da localização das fábricas e dos bairros operários.

A proposta de utilizar o método baseado no materialismo histórico e no materialismo dialético para o entendimento das ações compostas resultantes na produção do espaço geográfico é porque esse método assegura, em sua compreensão, o entendimento e as bases do processo histórico da formação de determinado local, ou seja, o método valoriza todo e qualquer procedimento que atue diretamente e indiretamente na produção do espaço.

Com base nas idéias de Karl Marx, Henri Lefebvre (1974, p.9) em sua obra “O Marxismo” coloca que o método dialético, preocupa-se com a contradição das ações humanas na produção do espaço. Sobre isso escreve que,

o marxismo considera-se uma vasta concepção do homem e da história, do individuo e da sociedade, da natureza e de Deus; uma síntese geral, ao mesmo tempo técnica e prática, em suma, uma síntese totalitária.

O autor (1966), ao discutir sobre o materialismo histórico e as idéias de Marx, coloca que o homem faz a sua história, e para que isso aconteça é preciso ocorrer a produção da vida material, estabelecendo assim que as relações de reprodução social misturam-se com as relações de produção social.

Soja (1993, p.58) coloca que *“o materialismo histórico é muito mais do que um levantamento de resultados empíricos através do espaço ou do que a descrição das restrições e limitações espaciais da ação social ao longo do tempo”*. Dessa forma, como o próprio autor enfatiza o materialismo histórico de Marx liga a forma espacial ao processo social.

Assim, as idéias de Marx contribuem para a fuga de uma visão utópica da própria realidade, e passa a considerar a superestrutura como um dos fatores de construção real desse espaço, visto que essa determina as ações de certas classes sociais, legitimando e influenciando em seu processo histórico de produção.

Marx, com sua teoria da divisão de classes e da divisão social do trabalho, contribui para o entendimento da formação e da fragmentação do espaço, nesse caso, o espaço urbano.

Essa fragmentação permite compreender a ascensão de determinadas regiões perante outras e a capacitação e especialização nos modos de produção, fazendo com que esses espaços adquiram suas particularidades e sejam legitimadas por suas comunidades. Para Haesbaert (2006, p.87) ao

analísarmos o “espaço econômico” ou o “espaço político”, na verdade estamos tratando de faces de um mesmo e indissociável fenômeno que, do mesmo modo que corresponde à materialização objetiva de uma “produção” ou de um “poder”. Envolve também, e simultaneamente, leituras simbólicas suficientemente abertas para incluir a possibilidade permanente da criação de novos significados.

A análise da forma de produção do espaço e a materialização das ações do homem permitem que se considere, no caso desse estudo, a produção do bairro como um evento constante, tendo duas instâncias fundamentais: a ação do Estado, representada pela burguesia paulistana, com a implementação de fábricas e a estipulação do local ocupado; e as ações da classe operária, que moram nesses bairros e transformam a paisagem de acordo com as suas ações. O espaço, então, é legitimado pela apropriação da população e pela remodelagem desse espaço, impondo a ele símbolos que evidenciam seu uso.

Para Soja (1993, p.106) o espaço é visto como,

produto material que emerge dialeticamente da interação entre a cultura e a natureza. Assim, o espaço não seria simplesmente um reflexo, uma “mera oportunidade à disposição” da estrutura social, mas a expressão concreta de uma combinação de instâncias, um “conjunto histórico” de elementos e influências materiais em interação.

Visto que é nessa legitimação da sociedade perante o espaço em que ela está inserida, que ocorre toda e qualquer forma de manifestação social, propagando sua forma de pensar e estabelecendo novas relações sociais com outros grupos. Portanto, tal legitimação faz com que o grupo entenda-se como fator social, e

reproduza-se culturalmente perante outras comunidades, criando assim, choques e confrontos de idéias, que resultaram em novas formas de propagar e afirmar essa nova cultura.

O materialismo histórico e dialético proporciona um entendimento com maior clareza das ações da superestrutura nesse arranjo sócio-espacial, que passa a modelar o crescimento urbano da cidade de São Paulo, no início do século XX.

O método também contribui para que se possa recortar temporalmente o processo de formação espacial, permitindo a análise das ações da sociedade de forma individual e social na produção do espaço geográfico, respeitando o seu tempo histórico, que legitima as ações dos diversos fragmentos sociais dentro dessa produção espacial. Carlos (2001b, p.63) estabelece que,

a sociedade produz o espaço e passa a ter dele uma determinada consciência. Refere-se ao fato de que os homens, ao produzirem seus bens materiais e se reproduzindo como espécie, produzem o espaço geográfico. Entretanto, dependendo do momento histórico o fazem de modo específico, diferenciado, de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. O espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade.

Entendendo isso como o modo de produção dominante em uma determinada sociedade e as relações de produção, revelam exatamente como esta está estruturada e como legitima suas ações em seu período histórico.

As formas de produção desse espaço, sendo legitimada por uma determinada sociedade, fazem com que esse espaço seja um produto de seu tempo histórico e que interagem com o acúmulo dos tempos históricos, de modo que este seja modelado e fragmentado por comunidades que constantemente reagem de “qualquer” forma às imposições do meio global. Ou seja, o produto “espaço” é o resultado das ações do global no local, e da forma como esse local responde aos estímulos do global.

Silva (2004, p.16) ao trabalhar com a relação espaço-tempo, evidencia a produção do espaço também como um *“espaço moral-ético-político aliado a temporalização das nossas consciências materializam-se na realidade social do nosso cotidiano”*.

Dentro do contexto do processo histórico, busca-se entender o “por que” das manifestações culturais perante uma articulação migratória que se instala no Brasil,

e a partir do estabelecimento dessas populações, em território nacional, a geração de movimentos nacionalistas e confrontos étnicos.

Assim é possível entender que o método embasado na abordagem do materialismo histórico e dialético, proporciona uma análise mais crítica desse processo político-cultural, em que a comunidade italiana dos bairros operários é inserida a partir desse “novo” momento da capital paulista.

Estas comunidades apresentavam suas formas de manifestações culturais através de festas, da língua italiana, de jornais e da instalação de movimentos sindicais que inseriam uma nova identidade ao local.

Para Moraes (1988, p.101) “*a construção de identidades regionais é uma manifestação plena daquele campo cultural*”, podendo ser entendida como única, já que o processo imposto é tratado de forma singular em cada região. Visto e trabalhado através de uma análise crítica, a partir do entendimento das relações intracomunitárias, entende-se que a comunidade expressa o sentimento coletivo.

Dessa forma, o materialismo histórico-dialético contribui para o entendimento das formas espaciais produzidas pela sociedade, onde essas formas são projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), como coloca Moraes (1988). Assim, a paisagem humana é o resultado de diferentes processos históricos, sofrendo transformações de acordo com a dinâmica mundial. Para Carlos (1996a, p.18), a globalização se materializa no lugar, onde “*se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial*”.

CAPÍTULO I: A CULTURA NOS ESTUDOS DE GEOGRAFIA

A formação de um novo modelo econômico, saindo do sistema aristocrático cafeeiro para entrar no sistema industrial, traz para as grandes cidades do Brasil um fluxo migratório que modifica toda a fisionomia da cidade.

As mudanças não são apenas estéticas ou funcionais. Quando não as duas, são também culturais. Esses novos grupos que chegam às grandes cidades brasileiras, e no caso desse estudo, chegam à cidade de São Paulo, trazem consigo modelos de uma sociedade industrial européia, facilitando a mudança política e econômica brasileira.

A capital, então, passa a ser um canteiro de obras com a introdução do setor industrial na periferia da cidade e o deslocamento da elite paulista para o centro.

Enquanto o centro da capital paulista passa a abrigar a elite (com seus casarões) em um primeiro momento, posteriormente essa mesma elite migra para a região de Campos Elíseos. A população imigrante que chega do porto de Santos e a população migrante vinda do interior paulista, principalmente das fazendas de café, alojam-se nas várzeas da cidade.

Essas regiões de várzea, principalmente a do Tamanduateí, serão inseridas e denominadas como a região dos bairros operários, caracterizado por sua grande concentração de fábricas e de mão-de-obra operária.

Os estudos sobre a capital paulista e sua formação industrial no final do século XIX e início do século XX irão valorizar, principalmente, os aspectos econômicos e o crescimento urbano.

O trabalho aborda os aspectos culturais da metrópole paulista no início do século XX, dando ênfase aos bairros operários imigrantes do Brás e da Mooca.

O fator cultural na produção do espaço, por muitas vezes, era tratado como banal ou sem importância. No sistema capitalista, o espaço era produzido apenas por fatores econômicos, como os meios e os modos de produção, estabelecendo as relações sociais apenas como relações de trabalho, em que o homem se via, por muitas vezes, como um instrumento da fábrica e quando não, tratado como algo único e exclusivo ao trabalho.

Moreira (2006, p.157-158) enfoca esta mudança e a uniformização dos modos de vida ao afirmar que “*com o advento da Segunda Revolução Industrial, que ocorre*

na virada dos séculos XIX-XX, esta intervenção é levada à escala planetária, na forma da uniformização dos modos de vida e processamentos produtivos”, contudo, as ações do cotidiano de cada lugar irão provocar um novo processo na produção do espaço, diferenciando-o dos demais e agregando função a este espaço, assim cada local será e terá importância diferente de outro de acordo com os interesses existentes “sobre” ele.

Esses interesses, então partindo da esfera de poder, é que determinarão ao local a sua função econômica e ditarão o ritmo de crescimento e a população que ali viverá.

Em contrapartida as relações sociais e, portanto, as relações do cotidiano fora do ambiente e do tempo fabril, também irão proporcionar mudanças no espaço, adequando este às necessidades da população ali existente.

Massey (2008, p.29) compreende o espaço “como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão global até o intimamente pequeno”.

Santos (2005, p.34) ao abordar sobre o espaço, enfatiza que este

é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social.

O espaço, então, é compreendido como o resultado contínuo e inacabado das relações sociais, abordando aspectos culturais e de produção.

A cultura, que é abordada pela primeira vez na Geografia através da Escola Alemã, ganha um destaque junto à Escola Americana, com os trabalhos de Carl Sauer e com a fundação da Escola de Berkeley, originando, assim, a chamada Geografia Cultural.

Os estudos sobre cultura, sempre enfatizados nos estudos de Antropologia e Sociologia, passam a ser inseridos na Geografia, principalmente após a segunda metade do século XIX, ganhando maior destaque no atual período de globalização, em que as relações sociais extrapolam a vida do bairro e passam a ser mundiais.

1.1. Geografia Francesa e Gênero de Vida

Neste subcapítulo será dado maior enfoque à Escola Francesa de Geografia, embora esta tenha evidenciado o conceito de civilização, que iria de encontro ao conceito de cultura criado pela Escola Alemã de Ratzel.

A Escola Francesa aborda o conceito de cultura trazendo, primeiramente, o conceito de gênero de vida utilizado por La Blache (1954). Para este, gênero de vida é a adequação das técnicas de trabalho que visam suprir as dificuldades do meio. Claval (2006, p.91) argumenta que “é pelos obstáculos que impõem à agricultura e à criação de gado que o clima, o relevo e os solos pesam na repartição do homem. Os grupos reagem a estas dificuldades através dos gêneros de vida que desenvolvem”.

As idéias possibilistas de La Blache permitiam compreender o meio como algo mutável e que as adequações das ações humanas nesse meio gerariam um meio mais produtivo para tal comunidade. Para La Blache (1954,p.172) o que

prevalece com o progresso das civilizações, o que evolui, são as formas dos agrupamentos sociais saídos originalmente da colaboração da natureza e dos homens, mas cada vez mais emancipados da influência directa dos meios.

O autor, ao utilizar o conceito de gênero de vida, enfatiza as formas como cada grupo humano adapta-se ao ambiente através de suas técnicas, valorizando principalmente o trabalho, e a passagem do ensinamento da técnica como um ritual de pai para filho.

La Blache(1954) também coloca que essa transmissão do ensinamento da técnica era por muitas vezes um processo demorado, e que só era transmitido aquilo que garantisse a sobrevivência do grupo.

Gomes (2007, p.205) destaca o gênero de vida como

a forma específica que cada grupo desenvolve, sua maneira de ser e de viver. Eles compõem um conjunto particular de atitudes que tira sua significação do interior do próprio grupo, seja pela maneira de se vestir, de falar, de habitar, em suam, por sua maneira de ser.

Portanto, para o autor (2007, p.205), “os gêneros de vida revelam os meios desenvolvidos por uma coletividade, para sua sobrevivência, superando em diversos níveis, o desafio da natureza em um meio concreto e imediato”.

Ao estudar a obra de La Blache, Gomes (2007,p.198) coloca que

Vidal não se restringiu a descrever realidades, ele também criou categorias, noções gerais interligadas que constituem a própria base de seu discurso teórico (...) conceituando quatro idéias principais em sua obra: organismo, meio, ação humana e gênero de vida.

Ainda segundo Gomes (2007, p. 199) o organismo serviu para colocar em questão a natureza mecânica que dominava no século precedente, ainda impregnado de uma razão galileana/newtoniana, como coloca o autor, a Terra, a paisagem, a região, as nações, a cidade, eram todas concebidas como organismos. O meio possuía característica sintética e circular

Sintética, porque corresponde à fusão de forças de origens diversas que agem simultaneamente, dando-lhe forma. Circular, porque essa forma, que aparece como totalidade (a região por exemplo), é todavia a reunião de diversos elementos em conexão ao mesmo tempo causa e efeito uns dos outros.

A relação entre homem e meio, adaptando as ações humanas ao meio em que vivem podem ser chamada de gênero de vida. Para La Blache, segundo Gomes (2007, p.203)

O homem criou para si gêneros de vida. Com a ajuda de materiais e de elementos tomados da natureza ambiente, ele conseguiu, não de um golpe só, mas por uma transmissão hereditária de procedimentos e invenções constituir alguma coisa de metódico que assegura sua existência e que constrói um meio para seu uso.

Claval (2001) debate que a análise dos gêneros de vida mostra como a elaboração das paisagens reflete a organização social do trabalho, indo de encontro a idéia do componente criativo, trazido por Moraes (2005), sendo que a liberdade contida na ação humana, que não seria apenas uma resposta da imposição do meio.

Assim, gênero de vida é a adequação das técnicas de produção ao local em que determinada sociedade está inserida, sendo este aprendizado passado de pai para filho ou do líder para sua comunidade.

Claval (2001, p.33) evidencia que para La Blache

a cultura pertinente é aquela que se apreende através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam [...]. Para ele, esses elementos não ganham sentido se não são compreendidos como componentes dos gêneros de vida.

A cultura, então, para La Blache (CLAVAl, 2001, p.35) seria “aquilo que se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens”, o que Max Sorre (Moraes, 2005a, p.90) conceitua como habitat, sendo este, uma construção humana, ou seja, uma humanização do meio, que expressa as múltiplas relações entre o homem e o ambiente que o envolve.

Em seu texto intitulado “*O habitat espontâneo nas grandes cidades e os problemas de reabsorção*” George (1975, p.67) adapta o conceito de habitat ao meio urbano, o chamado habitat espontâneo é a

forma de acumulação de população urbana, própria dos países com grande pressão demográfica e com economia subdesenvolvida, ainda que se manifeste excepcionalmente em certos casos particulares, em cidades de países industrializados. Consiste no estabelecimento, na cidade, sem apropriação do solo e em abrigos improvisados, de famílias de origem rural, sem profissão e, geralmente sem, sem rendimento fixo.

O conceito adapta-se ao momento em que São Paulo, vivia no início do século XX, sendo a cidade um pólo de atração migratório, tanto do ambiente rural quanto de outros países, e que esses migrantes transformavam o novo local em “seu” habitat. O conceito de habitat espontâneo traz a idéia de abrigos improvisados, ou a improvisação de abrigos, mostrando justamente a adaptação dessa população ao novo ambiente que está inserida, caracterizando assim o que La Blache já estabelecia como ação humana ao meio.

A cultura torna-se o principal instrumento de transformação do espaço em algo reconhecível e utilizável, impondo assim, as características e as funções necessárias a este espaço, de acordo com as relações do grupo.

O conceito de gênero de vida está intimamente ligado ao processo de produção que Marx (2005b) adotou como pré-capitalista, ou seja, sem gerar lucro. E onde as relações de trabalho são desenvolvidas em prol do grupo e não segregando este e diferenciando-o em classes.

As ações culturais no meio urbano permitem que cada comunidade altere a paisagem de acordo com seus símbolos e seus signos, criando um sentimento de pertencimento ao lugar.

Para Claval (2001, p.17)

a vida social assenta em técnicas, práticas e conhecimentos geográficos: os homens devem compreender o meio onde vivem para o poderem explorar e organizar, têm de se orientar e de ter pontos de referência, só se identificam com os lugares onde vivem, se estes contiverem signos que compreendam e símbolos que partilham.

O autor (2001, p.33) ainda enfatiza que

a noção de gênero de vida permite lançar um olhar sintético sobre as técnicas, os utensílios ou as maneiras de habitar das diferentes civilizações: ela os organiza na sucessão dos trabalhos e dos dias e assinala como se relacionam hábitos, maneiras de fazer e paisagens.

Moreira (2006, p.182) faz um contraponto, analisando os conceitos de gênero de vida e de meio técnico, colocando que ambos partem do mesmo princípio e composição de elementos.

Trata-se de uma combinação de meio geográfico, técnica e população. O meio geográfico origina e ao mesmo tempo é originado por uma cultura de conversão do meio geográfico em meio ao modo de vida. A argamassa desse todo é o sistema de normas e regras por intermédio das quais a população regula a totalidade das convivências.

Dessa forma, as relações de produção do meio e suas técnicas têm também valores culturais inseridos, diferenciando apenas o momento histórico e o ritmo da produção analisado.

Santos (2004), coloca que o conceito de gênero de vida seria por intermédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entra em relação a natureza. O espaço como objeto de estudo seria o resultado de uma interação entre uma sociedade localizada e um dado meio natural: um argumento sob medida para reforçar a idéia de região como unidade de estudo geográfica. A técnica então está ligada a cultura e não ao modo de produção, variando de acordo com cada comunidade e a sua interação com o meio.

Com a Revolução Industrial, as sociedades deixam de produzir e alterar o meio apenas para se satisfazer e passam a inserir seus próprios valores culturais em outras sociedades.

O modo de produção permite, então, encurtar distâncias e diminuir a noção de tempo, para garantir a hegemonia de determinada cultura.

Moreira (2006, p.184) aborda que

a capacidade de resgate dos gêneros de vida das teorias de La Blache, porém organizados agora nos moldes do meio técnico-científico de Milton Santos. A técnica tende a voltar a possuir a correspondência com o meio geográfico dos gêneros de vida, mas sua matriz originária é a tecnologia global emanada dos grandes centros hegemônicos e destinada ao benefício da acumulação do capital globalizado. Onde que a regulação também defira, vindo de fora (a verticalização) com o intuito de manter o equilíbrio do ecossistema do bioespaço ao tempo que o equilíbrio do processo cumulativo.

Moraes (2005a, p.81-82) sintetiza a teoria de Vidal de La Blache abordando que

a teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio em que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, constituído e passado

socialmente, Vidal denominou ‘gênero de vida’, o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, constituída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida. O contato com outros gêneros de vida foi destacado por Vidal de La Blache como um fator de mudança, sendo que este seria o elemento fundamental do processo humano. Em sua visão, os contatos gerariam arranjos mais ricos pela incorporação de novos hábitos e novas Técnicas.

O conceito de gênero de vida traz a discussão para a Geografia Francesa e também para a França sobre o conceito de cultura. Embora este conceito estivesse ligado à idéia de “cultura nacional” era visto como uma referência ao que existia de particular, fortuito, e por isso, pouco utilizado pelas ciências sociais na França, como salienta Gomes (1999).

Em contrapartida, esse autor (1999, p.100) cita que “*o conceito de civilização era empregado pela Geografia para exprimir a idéia de trabalho humano acumulado e que resultaria na transformação quase integral da natureza física*”.

Os debates entre os conceitos de civilização e cultura ocorriam, principalmente, para assegurar a hegemonia de determinada Escola Geográfica, mas também, para garantir o poder hegemônico de determinado país. O conceito de civilização era utilizado para representar a elite francesa e os seus costumes, sua arte. Já o conceito de cultura para a geografia, é originário da apropriação da natureza através da agricultura, e adotado pela Escola Alemã como critério de análise das técnicas que cada grupo dominava na relação homem-natureza.

Dois autores se destacaram nos estudos de cultura da geografia alemã. Ratzel traz para os estudos geográficos os conceitos de *naturvölker*, os povos primitivos, e *Kulturvölker*, os povos civilizados. Para Ratzel, a diferença entre esses dois tipos de civilizações era justamente o Estado. Os povos civilizados, diferem amplamente pelo arsenal de técnicas agrícolas que utilizam, como coloca Claval (2001).

O autor (2001, p.22) ainda coloca que Ratzel reconhece nos povos um atributo que pertence a sua essência, mobilidade. “*Eles dominam as técnicas que asseguram a sua própria adaptação ao meio próximo e dependem da história e do nível de desenvolvimento*”.

Claval (2001) ainda discute a geografia de Ratzel, colocando que este atribui um lugar importante aos fatos de cultura, porque se vincula aos meios de aproveitamento do ambiente e aqueles estabelecidos para facilitar os deslocamentos. Assim a análise desta cultura é feita sob aspectos materiais, como um conjunto de artefatos utilizados pelos homens em sua relação com o espaço.

Outro autor que se destaca nos estudos sobre cultura na Geografia Alemã foi Otto Schlüter. Este autor ganha destaque principalmente por colocar a paisagem como objeto da geografia humana, sendo que, ela mantém a unidade geográfica, pois a paisagem é tanto modelada pelas forças da natureza e pela vida, quanto pela ação dos homens, ela evita tomar partido na difícil questão do determinismo.

Claval (2001,p.24) coloca que

A geografia humana concebida a maneira de Schlüter vincula-se à maneira pela qual os grupos humanos modelam o espaço em que vivem: eles transformam a vegetação natural, desflorestam, devastam, cultivam, cercam, constroem edifícios que habitam ou que abrigam seus animais e suas colheitas.

Schlüter traz então o conceito de paisagem cultural, o que ele denominou de *Kulturlandschaft*, a paisagem sendo transformada e influenciada pelo homem.

A geografia cultural alemã, também possuiu outros destaques como August Meitzen e Eduard Hahn, dando destaque a este último que, ao contrario de Ratzel, Schlüter e Meitzen, se interessavam pelos aspectos materiais dos fatos de cultura, pelos utensílios e a sua tradução na paisagem. Hahn aborda as práticas rituais na domesticação dos animais, destacando – se com o trabalho intitulado “*Von der Hacke zun pflug*” (Da enxada ao arado) de 1914.

Ao tratar da geografia cultural alemã Claval (2001,p.27) coloca que

Os geógrafos alemães definiram, assim, desde 1910, uma abordagem original dos fatos de cultura. A influência do darwinismo explica a atenção quase exclusiva atribuída aos utensílios e às técnicas utilizados para dominar o meio e o papel maior desempenhado pela análise da paisagem. Um tal procedimento negligencia o problema da aquisição das práticas, dos conhecimentos e dos valores. Dos fatos de transmissão, só retém aqueles que tratam da difusão das técnicas. Ignora quase sempre as atitudes e as crenças –

exceção feita a Hahn. Revela, no entanto, a existência na paisagem de traços de origem cultural fortemente estruturados, e por isso estáveis.

1.2. Conceito de Cultura e a Geografia Cultural

As relações sociais que ocorrem no mundo Pós-Revolução Industrial e que se intensificam após o período das Grandes Guerras com a intensificação dos fluxos de pessoas, informação e capital, trazem a tona a discussão sobre os estudos de cultura e a diferenciação destas na produção do espaço.

Corrêa (1999, p.51) cita que

o ressurgimento da Geografia Cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para compreensão do mundo.

Ainda de acordo com este autor (1999, p.52),

em seu ressurgir, a Geografia Cultural é marcada, em maior ou menor grau, por várias influências. De um lado, pela Geografia Cultural que a antecedia, de outro pelo materialismo histórico e dialético, que considera a cultura simultaneamente como um reflexo e uma condição social. Finalmente pelos aportes das filosofias do significado através da geografia Humanista (Holzer, 1996), que valoriza a experiência, a intersubjetividade, os sentimentos, a intuição e a compreensão daquilo que não se repete.

A Geografia Cultural permite, então, entender o processo de formação das sociedades atuais e sua produção do espaço, sua forma de enxergar o local e atribuir sentido a ele.

Cosgrove (1999, p.23) dá destaque aos estudos culturais e seu modo de abordar os fenômenos, ao citar que

a história é substituída ao passado, pela memória, e então é trazida para sua íntima conexão com o presente e o futuro. A memória e o desejo constituem a temporalidade através da qual os lugares emergem como fenômenos vividos e significativos.

Embora o lugar seja tratado como um fenômeno por Cosgrove, a produção do espaço e a materialização das ações na constituição do vivido, caracterizam e moldam o lugar, por determinada comunidade, permitindo entender as relações sociais e de trabalho ali existentes.

Para Santos (2004, p.258) *“O lugar assegura, assim, a unidade do contínuo e do descontínuo, o que a um tempo possibilita sua evolução e também lhe assegura uma estrutura concreta e inconfundível”*.

A produção do lugar, que será tratado posteriormente, é originada por aspectos econômicos, mas diferenciados pelos aspectos culturais, dando singularidade ao lugar.

A cultura, então, é concebida como coloca Claval (2001, p.61).

uma criação coletiva e renovada dos homens. Ela molda os indivíduos e define os contextos da vida social que são, ao mesmo tempo, os meios de organizar e de dominar o espaço. Ela institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos. As identidades coletivas que daí resultam, limitam as marcas exteriores e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir num mesmo espaço

Eagleton (2005, p.54) conceitua cultura como *“um complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico”*. O autor (2005, p.38-39) enfoca também, que a mesma *“não é alguma vaga fantasia de satisfação, mas um conjunto de potenciais produzidos pela história e que trabalham subversivamente dentro dela”*.

A cultura, então, é resultado do processo de relações sociais com a incorporação de símbolos e signos que possuem valor para determinada sociedade. Esses valores são materializados no espaço produzido e modificados conforme a necessidade do grupo, sendo então, mutáveis, conforme o momento histórico presente.

Ao longo dos diferentes períodos em que os estudos geográficos foram trabalhando o conceito de cultura é possível perceber a adaptação desse conceito de acordo com o período histórico vigente. Corrêa (1999, p.52) elucida essas mudanças de conceito ao escrever que o próprio conceito de cultura é redefinido, citando que

segundo o editorial apresentado o primeiro número da revista *Geographie Et Cultures*, a cultura é definida: como o conjunto de técnicas, atitudes, idéias e valores, apresentando assim componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos; transmitido e inventado; não sendo constituído pela justaposição de traços independentes mas ao contrario, seus componentes formam sistemas de relações mais ou menos coerentes; não sendo assimilado igualmente pelos membros de uma sociedade; vivido individualmente.

Claval (1999,p.65-66) coloca que

na concepção relacional da cultura, o individuo não a recebe como um conjunto já pronto: ele a constrói através das redes de contatos nas quais ele se acha inserido, e pelas quais recebe informações, códigos e sinais. A cultura na qual ela evolui é função das esferas de intercomunicação das quais ele participa. Insiste-se, frequentemente, a este respeito, sobre as esferas da intersubjetividade, isto é, aquelas onde as relações são muito próximas para as experiências ligadas aos signos sejam idênticas (STASZAK, 1997). Conforme a comunicação seja oral, escrita ou televisual, analisa-se então as esferas da interioridade, da intertextualidade e da intervisualidade das quais cada um participa.

Discutindo sobre essas esferas, o autor (1999, p.66) mostra a importância dessas esferas para compreender a natureza da geograficidade e da historicidade ao citar que o *“individuo se enraíza em um espaço particular,mas os limites variam segundo as épocas da vida, o sexo, a atividade profissional e as técnicas de comunicações colocadas em ação”*.

Ainda na mesma obra, Claval coloca que a comunicação simbólica tem uma dupla função geográfica, sendo que, ela permite aos indivíduos instalados em lugares distantes sentirem-se solidários a partir do momento em que experimentam o sentimento de ter em comum as mesmas crenças, ao contrario, elas distanciam aqueles que, mesmo geograficamente próximos aderem a religiões ou a ideologias diferentes.

A Geografia Cultural mostra, portanto, que os grupos humanos participam de um duplo sistema de distancias: a dos espaço físico, que as técnicas permitem controlar mais ou menos bem; as dos espaços psicológicos, que cavam fossos entre os sistemas culturais, ou os preenchem, independentemente das distâncias físicas.

Gomes (1999, p.120) ao tratar da cultura como produtora do espaço, salienta que,

segundo uma visão particularista, as práticas espaciais só podem ser reconhecidas dentro do contexto na qual elas se produzem e sua compreensão depende da capacidade que temos em relacioná-las a um conjunto específico no qual estas práticas possuem sentido e coerência. Este conjunto específico é uma totalidade singular, uma síntese original. Neste caso, vista como sistema de valores ou como conjunto de referências específico de um grupo social, a cultura é a principal fonte para a compreensão de comportamentos e hábitos espaciais, da organização espacial das coisas e das divisões simbólicas do espaço.

Cosgrove (1999, p.26) complementa essas idéias de Gomes, enfatizando que *“as idéias com as quais os planos e os projetos criam o lugar procuram estabelecer exigências sobre os territórios da vida social e estas são tão fortes, quanto aquelas feitas pelos habitantes do passado”*. O uso e apropriação do espaço e os estudos dessas relações *“se desprende uma idéia da lógica que preside à formação do indivíduo, à construção dos grupos e à configuração dos lugares”*, como afirmado por Claval (1999, p.65).

Claval (2001) ainda chega a afirmar que ao trabalhar com o conceito de cultura, não se deve tratá-la como um único fenômeno global, caracterizando assim, sua homogeneização, e sim, um conjunto diversificado ao infinito e em constante evolução.

Este autor (2001, p.62) demonstra sua preocupação ao relacionar as ações culturais com a uniformização das técnicas de produção, ao destacar que

a uniformização das técnicas não cessa de se afirmar, mas a resposta de populações que vêm dissolver algumas das marcas mais antigas de suas identidades é mais forte do que se esperava. As pessoas têm o sentimento de que seu ser

profundo está ameaçado pela padronização dos tipos de vida e dos produtos. Elas começam a procurar novas fontes de identidade.

Gomes (1999, p.103) ao retomar os estudos de gênero de vida e compará-lo ao momento histórico atual coloca que

o importante estatuto do singular, o forte peso das descrições e das idéias de diferenciação regional e de gênero de vida, indicavam muito mais uma proximidade com o que hoje concebemos como sendo uma valorização de um horizonte de diferenciação cultural.

O uso e a apropriação do lugar na qual a comunidade se identifica, cria uma identidade com o lugar. A identidade garantirá, assim, o sentimento de pertencer ao lugar, pois reconhece os signos e símbolos ali existentes e materializados.

Haesbaert (1999, p.180) ao tratar da relação espaço-identidade coloca que uma das características mais importantes da identidade territorial, correspondendo ao mesmo tempo a uma característica geral da identidade

é que ela recorre à uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referencia “condense” a memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais. A (re)construção imaginária da identidade envolve portanto uma escolha entre múltiplos eventos e lugares do passado daqueles capazes de fazer sentido na atualidade.

Massey (2008, p.31) corrobora com as idéias de Haesbaert ao citar que

tanto as identidades, tanto as especificamente espaciais quanto as outras, são, de fato, construídas relacionalmente, então isto coloca a questão da geografia dessas relações de construção

Massey (2008, p.139), ainda tratando dessa relação coloca que o espaço é mais do que distancia. *“É a esfera de configurações de resultados imprevisíveis, dentro de multiplicidades”*. A autora (2008,p.97-98) estabelece também a discussão sobre o uso do espaço , tratando – o como espaço praticado,

que é sua construção relacional, sua produção através de práticas de envolvimento material. Se o tempo se revela como mudança então o espaço se revela como interação. Nesse sentido, o espaço é a dimensão social, não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido de envolvimento dentro de uma multiplicidade.

Woodward (2000), ao trabalhar com a relação de cultura e identidade, mostra que a construção da identidade é tanto simbólica quanto social, sendo que para se afirmar a identidade, as causas e conseqüências são materiais. O autor (2000, p.18-19) ainda cita que a *“cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência”*.

Cuche (2002, p.177) coloca que *“a identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente”*. O autor (2002) coloca que a identidade, então, é ao mesmo tempo um fator de inclusão e de exclusão, visto que ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob certo ponto de vista) e o distingue de outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). A identidade, então, precisa estabelecer critérios como sexo, idade, etnia, raça e fixar um território.

Haesbaert (1999, p.172) coloca que *“de uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”*.

O autor (1999, p.175), ainda complementa que

a identidade [...] como um movimento, trata-se sempre de uma identificação em curso e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas múltipla. Toda a identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas.

O choque de dois grupos diferentes provoca a necessidade de afirmar valores culturais e, conseqüentemente, de identidade. No estudo de caso deste trabalho, os processos migratórios de grandes contingentes populacionais saídos de países da Europa e da Ásia, estabelecendo-se na cidade de São Paulo, acentuam a necessidade de evidenciar os valores culturais para se identificar com o grupo e facilitar, inicialmente, sua adaptação a esse novo local.

Para Haesbaert (1999) as identidades implicam a busca de reconhecimento, que se faz frente ao outro, e é nesse encontro que se busca a afirmação pelo reconhecimento daquilo que distingue e que, ao mesmo tempo, pode promover tanto o diálogo quanto o conflito com o outro.

Cuche (2002, p.115) ao trabalhar com o conceito de aculturação, sendo este *“o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos (patterns) culturais iniciais de um ou dos dois grupos”*.

O autor explica que o termo não significa uma “desculturação”, perda dos valores culturais. Em aculturação, o prefixo “a” não significa privação; ele vem etimologicamente do latim *ad* e indica um movimento de aproximação.

Cuche (2002, p.137) ainda enfoca que o *“processo que cada cultura sofre em situação de contato cultural, processo de desestruturação e depois de reestruturação, é em realidade o próprio princípio da evolução de qualquer sistema cultural”*.

Embora Cuche trabalhe com a idéia de evolução da cultura, deve-se ressaltar que as diferentes formas de cultura não serão tratadas como, mais ou menos, evoluídas. Cada cultura reage e se modifica as imposições do meio, de acordo com as necessidades do grupo cultural.

A cultura, então, *“não é um conjunto de conhecimentos a assimilar, mas é o fruto de um esforço comum a todos”* (BOSI, 2007, p.21), sendo construída e fundamentada no cotidiano dos indivíduos e nas lembranças de marcos históricos, como datas comemorativas, festividades e ritos.

Cosgrove (1999, p.24) cita que

os processos sociais de desterritorialização, mobilidade, transgressão e hibridização, muitas vezes conectados com sentidos contingentes de lugar enquanto características definidoras do mundo contemporâneo parecem coincidir com o desejo crescente de comemorar eventos e reforçar ativamente a memória social.

1.3. Identidade e Lugar

Embora o tema já tenha sido abordado no subcapítulo anterior, é importante dar destaque às relações existentes na construção dos dois conceitos trabalhados, visto que esses conceitos representam diretamente as ações do homem no espaço e que se tornam fruto das relações homem-meio.

O conceito de lugar é compreendido como o local em que o cotidiano do homem acontece. Carlos (2001a, p.11) conceitua lugar como sendo

onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzindo ao longo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também o plano da reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço.

A produção desse espaço e a sua materialização geram a caracterização do processo de produção enfocando particularidades do local em conjunto com atributos globais. O lugar, então, é resultado das inter-relações em que a cultura local sofre interferências da cultura global e manifesta suas resistências, sendo capaz de absorver e/ou repelir essas interferências.

Para Carlos (1996a, p.68), *“o lugar representa e fixa relações e práticas sociais produzindo uma identidade complexa que diz respeito ao mesmo tempo ao local e ao global”*.

A discussão sobre a importância do lugar para os grupos sociais e a produção de identidades, trará também para a discussão a importância do território. Claval (1999) coloca que a territorialidade é um dos ingredientes essenciais das identidades, mas ela nem sempre tem a mesma capacidade de reprodução nem a mesma forma.

Claval (1999) aponta que a territorialidade se manifesta muitas vezes no cuidado de preservar o patrimônio monumental – e por vezes natural – das áreas reivindicadas. Ela toma então uma dimensão paisagística.

Raffestin (1993) ao discutir sobre a relação entre territorialidade e poder esboça que a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional, abordando a sociedade, o espaço e o tempo, visando atingir maior autonomia. O autor (1993,p. 160-161) ainda cita que

“essa territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem, são suscetíveis a variação do tempo”. Raffestin (1993, p.161) complementa que *“a territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”*.

Haesbaert (1999, 186), corrobora com as idéias de Claval e Raffestin ao tratar o território como produto e produtor de identidade, destacando que

o território não é apenas um “ter”, mediador de relações de poder (político – econômico) onde o domínio sobre parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. O território compõe também o “ser” de cada grupo social, por mais que a sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua.

Massey (2008, p. 105-106) ao analisar o conceito de espaço, corrobora com as idéias de Carlos, quando trabalha com outra categoria de análise, no caso, o lugar, argumentando que

a fonte da especificidade cultural não está apenas no isolamento espacial e nos efeitos emergentes de processos “internos” de articulação (em que a definição de “interno” pode variar), mas também, de modo muito importante, em interações com o que está além. É tal articulação interna que (algumas vezes) doméstica os produtos da interação, que permite até mesmo que importações culturais muito recentes sejam absorvidas tão facilmente como características primordiais [...]. As especificidades do espaço são um produto de inter-relações – conexões e desconexões – e seus efeitos (combinatórios).

O referido autor, ainda enfatiza que o lugar é o local de encontro das diferenças, sendo que é no lugar que os choques culturais acontecem.

Santos (2004) dá ênfase maior ao conceito de lugar, adotando critérios relacionados ao meio de produção capitalista e destacando que esses se diferenciam pelo seu grau de modernização dos recursos e pela forma como esses combinam as diferentes modalidades de recursos. O lugar, então, atrairá novas formas de produção, e a utilização dessas formas dependerá de uma adequação dinâmica às condições preexistentes através de uma variedade de processos políticos, econômicos, culturais, ideológicos, entre outros.

Portanto, para este autor, *“o lugar é o resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre”*. (SANTOS, 2004, p.258)

O autor (2004, p.28) coloca também que

as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O “valor” de cada local depende de níveis quantitativos e qualitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional.

O lugar, então, pode ser compreendido como uma fragmentação do espaço, e seu uso são determinados pelas ações do Estado e da iniciativa privada, adequando este às exigências do processo produtivo.

Para Haesbaert (1999, p.171-172), paralelo a este processo de mercantilização, a identidade ressurge como uma forma consciente, ou não, de contraposição a processos excludentes.

As ações dos grupos para poderem afirmar suas identidades, são também complementadas pela necessidade desses grupos em estabelecer seus territórios. Os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica (como aquela promovida pelas identidades) se sobrepõe à dimensão mais concreta (como a do domínio político que faz uso de fronteiras territoriais para se fortalecer), sendo assim, toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim, parte fundamental dos processos de identificação social.

A apropriação do território, nas comunidades imigrantes da São Paulo do início do século XX, ocorre principalmente com a ocupação e constituição dos bairros periféricos, para que a elite brasileira pudesse isolá-los e estabelecer suas indústrias, concebendo, assim, os chamados bairros operários.

Esses bairros passam a adquirir características das comunidades que os habitam e tornam-se locais do cotidiano dessas comunidades.

O bairro torna-se lugar a partir do momento em que determinada população agrega valor sobre ele, sendo reconhecido nele, o bairro, o local de identidade. Tuan (1983, p.4) cita que *“os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação”* visto assim, como um local seguro a comunidade.

Esse autor (1983, p.6) ao tratar da ocupação de determinado local coloca que *“o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor”*, ou seja, à medida que nossas ações se materializam e modificam o espaço, criando símbolos que são concebidos e reconhecidos pelo grupo. Portanto, *“o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”* (TUAN, 1983, p.151).

Corroborando com os argumentos de Tuan, Carlos (2001a, p.12) cita que a *“materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtora dos lugares”*, ou seja, as ações do grupo estabelecem as formas dos lugares em conjunto, nas sociedades modernas, com as ações do estado e também com a interferência do sistema econômico, proporcionando assim funções aos lugares, perante a cidade.

Para Carlos (2001a) o lugar é, assim, a porção do espaço apropriável para a vida, revelando o plano da microescala: o bairro, a praça, a rua, o pequeno e o restrito comércio que “pipoca” na metrópole, aproximando seus moradores, que podem ser mais do que pontos de troca de mercadorias, pois criam possibilidades de encontro e guardam uma significação como elementos de sociabilidade.

A apropriação do espaço através do estabelecimento de simbologias é um processo adotado pelo homem desde as sociedades mais primitivas até as sociedades atuais, sendo que a agregação de valor a tal local caracteriza a apropriação do local e a criação de uma identidade com ele.

CAPITULO II: A CIDADE DA INDÚSTRIA E DOS NOVOS NEGÓCIOS

A cidade de São Paulo no final do século XIX passa a sofrer grandes transformações vinculadas a mudanças econômicas adotadas pelo país.

A tentativa de o país deixar de ser exclusivamente agrícola para passar a ser também industrial, trouxe mudanças na paisagem das grandes cidades, desde a sua região central até as áreas periféricas.

A elite brasileira vem para a capital paulista e ocupa a região da Avenida Paulista, construindo ali grandes casarões, demarcando em um dos pontos mais altos da capital a sua figura de poder e o seu *status* social.

O Brasil passava nesse período por mudanças econômicas, políticas e étnicas, em que a cidade passa a representar essas fortes mudanças. Schimidt (1986, p.7) dá destaque às mudanças ocorridas na cidade ao tratar que

até o primeiro quartel do século, num período que corresponde a mais de 400 anos, a configuração urbana nacional – e, por extensão, o papel da cidade – retrata as formas de inserção e acomodação do Brasil no mercado internacional, refletindo nitidamente o caráter de exploração colonial da economia. A cidade tem a função de ocupar, dominar e extrair o máximo das regiões em que se insere. Não por acaso, as cidades, os verdadeiros enclaves, desenvolvem-se exatamente naquelas áreas onde as atividades econômicas estão relacionadas ao dinamismo da demanda exterior.

O autor (1986) ainda complementa que o processo de urbanização brasileira apresenta a inexistência de um sistema urbano articulado em torno de apenas uma grande cidade, acumulando funções comerciais, administrativas e econômicas, e em decorrência, concentrando as funções urbanas.

A cidade, então, passa a concentrar todas as ações do Estado, desde a política até a economia. Se antes as ações econômicas possuíam o fluxo direto do interior paulista ao porto de Santos, por causa do café, com o advento da industrialização a capital paulista concentra não só a elite cafeeira como também a maior parte da indústria de São Paulo, proporcionando que São Paulo concentrasse, também, o fluxo de capitais.

Schmidt (1986, p.14) ainda dá destaque às peculiaridades do processo de urbanização e da ligação, se não, dependência desse processo à industrialização. Para o autor

a urbanização brasileira, no entanto, apresenta pelo menos duas peculiaridades em relação à de outros países. A primeira diz respeito à sua vinculação com o processo de industrialização. De um lado, nas cidades européias, e de certa forma nas norte- americanas, o surgimento, após a revolução industrial, de um proletariado urbano numericamente significativo, consolidou a urbanização e ligou-a de forma irreversível à industrialização. De outro, as relações com o exterior só assumiram maior importância quando já consolidados os processos de diversificação da estrutura econômica e da urbanização, como consequência da industrialização.

Reis Filho (1994, p.23) ao trabalhar com a produção social e a degradação dos espaços urbanos na capital paulista enfatiza as características européias entre 1880 e 1920 ao citar que,

entre 1880 e 1890, São Paulo começou a adquirir aspectos da cidade européia. Os construtores europeus não ibéricos – alemães, ingleses, italianos, franceses ou húngaros – os paulistas formados no exterior, com técnicas construtivas atualizadas para a época, alteraram os traços da arquitetura da cidade e lhe conferiram o que na época se dizia serem os sinais do progresso. Entre 1890 e 1920, a imigração intensa, o crescimento da população e as reformas urbanistas alteram radicalmente a aparência de grande parte da cidade. Nos primeiros anos do século XX a população de São Paulo, em sua maioria era européia. Não apenas pela contribuição direta da população, mas, sobretudo pela diretriz política de seus governantes, que procuravam adotar padrões urbanísticos de progresso e civilização.

As mudanças da paisagem de São Paulo, devido às tendências modernistas européias, provocam mudanças também na estrutura e na função do centro da

cidade. Os grandes casarões da Avenida Paulista e da região do Anhangabaú, passam a dar lugar a prédios de negócios. O centro, como mostra a **Figura 1**¹, se antes, era o local de moradia das elites, agora passava a ser o local do comércio.

Figura 1 - Rua 15 de Novembro (1906).



Fonte: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list28>

A elite paulistana passa a morar na região dos Campos Elíseos, o que futuramente dará origem aos bairros jardins.

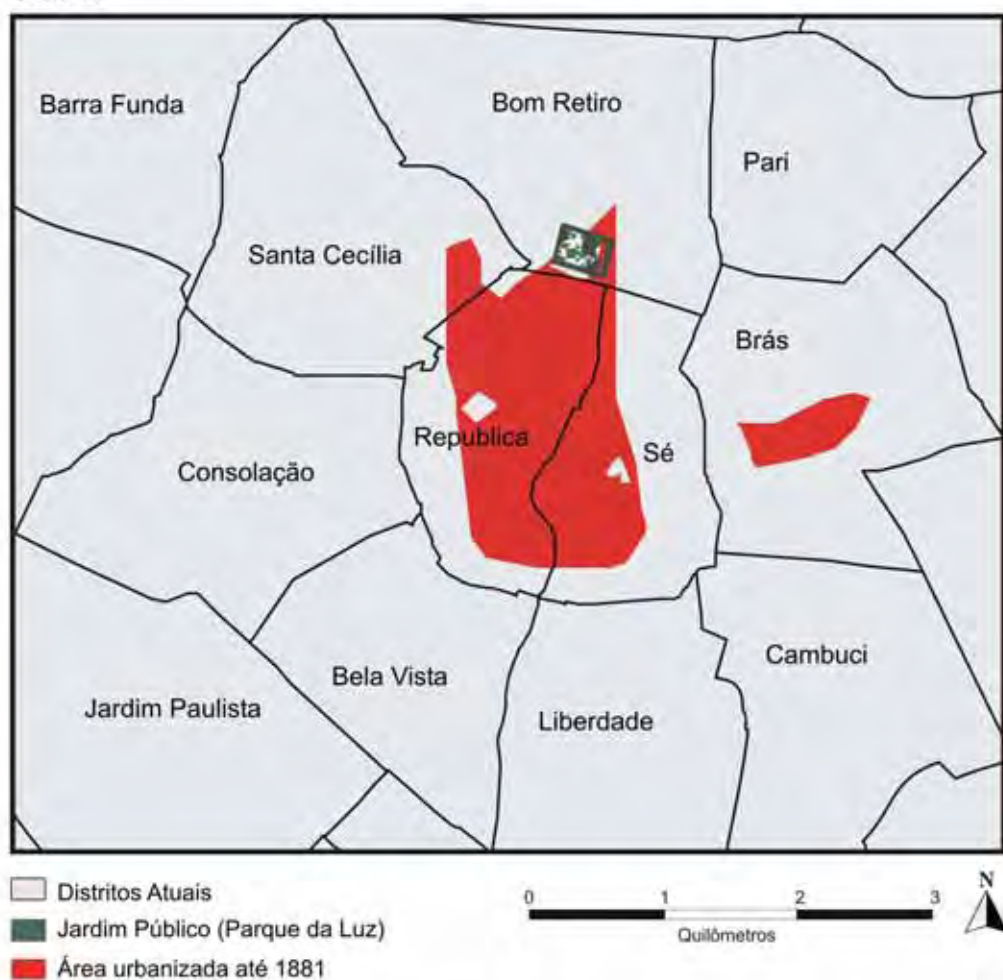
Monbeig (2004) coloca que esta não era uma solução confortável, e as famílias mais ricas preferiram abandonar o centro da cidade, que estava se tornando um local de negócios.

As mudanças na cidade, não ocorriam então, apenas na região central, e para a elite paulistana. A periferia paulistana também sofria mudanças. Além dos impactos causados pela industrialização, a grande massa de imigrantes fazia com que a cidade fosse crescendo horizontalmente, como mostram os **Mapas 1 e 2**.

¹ O crescimento do centro de São Paulo, provocou uma mudança na função dos antigos prédios residenciais, como mostra a imagem, tendo no piso térreo o comércio e nos andares superiores o local de moradia. Posteriormente o centro de São Paulo possuirá prédios apenas com a função comercial.

Mapa 1- Área urbanizada na Cidade de São Paulo em 1872

Área Urbanizada 1872

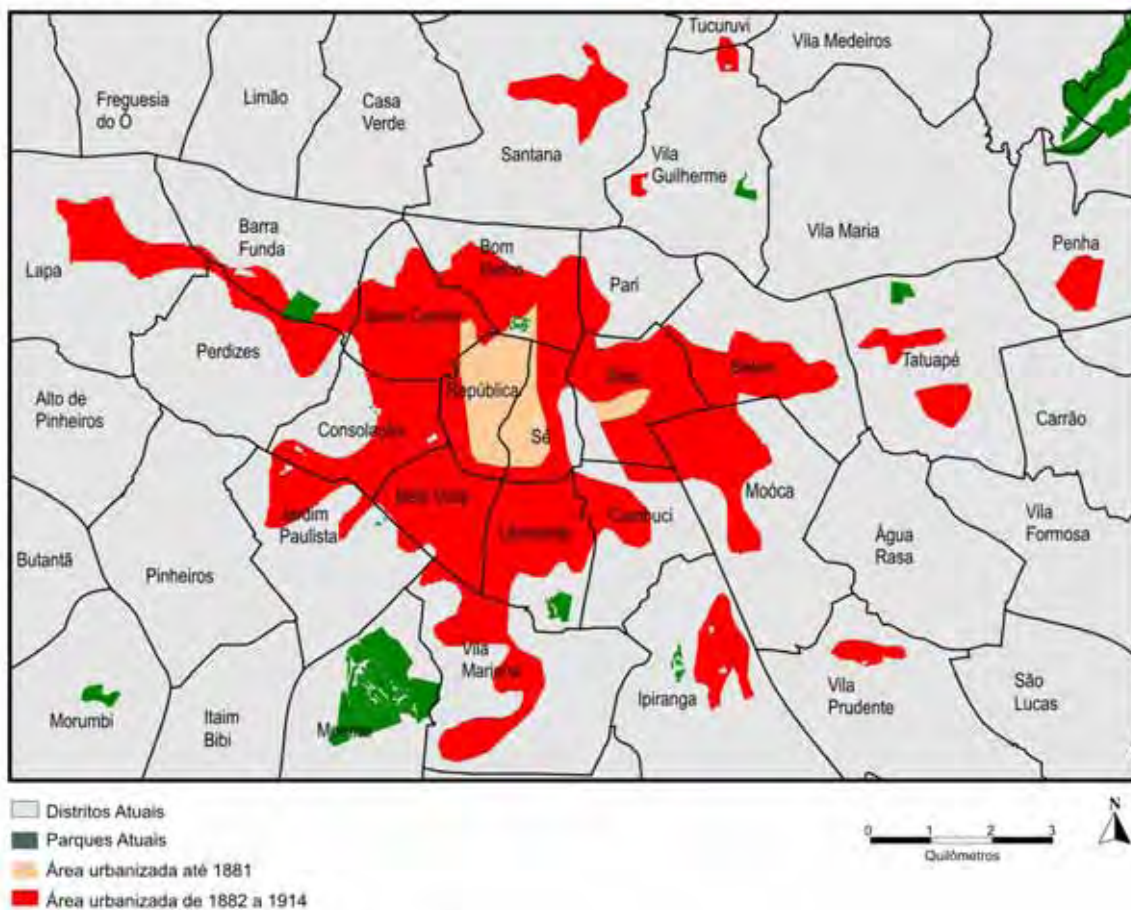


Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa.
 Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003.
Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro

Fonte: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/img/mapas/1964>

Mapa 2 – Área urbanizada da Cidade de São Paulo entre 1882/1914²

Área Urbanizada 1882/1914



Fonte: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/img/mapas/1964>

Antigas freguesias, que eram aglomerações sociais distantes do centro urbano, foram envolvidas pelos novos bairros, deixando de possuir um aspecto único e exclusivamente rural, para passar a ter um aspecto industrial.

² O crescimento da área urbanizada para a região oeste (Barra Funda, Perdizes, Lapa) e para a região leste (Belém, Tatuapé e Penha), antigos bairros industriais, hoje acompanha o traçado do trilho do trem, que liga o centro de São Paulo aos extremos da cidade e a outros municípios da região metropolitana.

Carlos (2001a, p.15) ao tratar sobre a ação do Estado no início do século XX, destaca que

esse por intermédio do poder local – ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação. Com isso impõe sua presença em todos os lugares, agora sob controle e vigilância (seja direta ou indireta).

Seabra (2004, p. 290) ao trabalhar com os núcleos de povoamento antigo que deram origem aos bairros da Penha, Santana, Nossa Senhora do Ó, Pinheiros e Santo Amaro, estabelece que estes bairros foram sendo transformados em centros, de uma vida de bairro, a partir do momento em que São Paulo começou a receber imigrantes e a ter indústrias desde o século XIX.

Nestas localidades se desenvolveu a forma classicamente consagrada de bairro no ocidente, ou seja, aquela que faz coincidir o bairro com a paróquia. Era um nível de relações imediatas, uma ordem de proximidade, em que se deu o confronto entre agentes e processos modernizadores da sociedade com os outros sujeitos portadores dos modos de vida tradicional.

Os bairros periféricos começam a ganhar grande destaque por parte das políticas públicas da província, tentando ao máximo manter o imigrante isolado, ao mesmo tempo em que se tentava embelezar a cidade, não apenas pelo belo e pelo moderno, mas também por questões de salubridade.

Follis (2004, p.31), destaca que

desde o início da década de 1870, a dinâmica São Paulo já vinha sofrendo intervenções urbanas que, justificadas especialmente pela necessidade de higienizar o espaço citadino, objetivavam também efetuar seu embelezamento e sua racionalização. Durante a administração de João Teodoro Xavier de Matos (1872-1875), gastou-se no embelezamento da capital uma quantia aproximadamente igual ao orçamento anual da província. Muitas ruas novas foram abertas e antigas

ruas estreitas foram alargadas por meio de desapropriação e demolição de muitos prédios coloniais.

Os bairros próximos ao centro que eram locais de moradia de imigrantes sofrem também com a expansão urbana, mas a sua ligação com o centro torna-se cada vez maior. Se os bairros mais isolados, como destacou Seabra (2004), proporcionava que o cotidiano do seu morador ocorresse no próprio bairro, os bairros próximos ao centro permitiam que, cada vez mais, houvesse deslocamento através da evolução do sistema de transportes, principalmente pelo bonde elétrico, que ligava os bairros operários ao centro de São Paulo.

Assim, foi ocorrendo o desenvolvimento e o crescimento da cidade de São Paulo, no início do século XX, uma capital que deixava de ser apenas o local de moradia da aristocracia paulista, para se tornar o centro financeiro do país começando pelo processo industrial.

2.1 O Processo de Urbanização Paulistana

Nos confins do século XIX, o Brasil, que já se destacava por sua alta produção de café em São Paulo, e por outros gêneros de produção espalhados pelo território, começava também a concentrar parte de sua população nas cidades. Estas, por sua vez, ofereciam ao novo morador empregos em pequenas fábricas que possuíam baixa produção e empregos também no setor de serviços.

As primeiras indústrias criadas em São Paulo produziam apenas para satisfazer o mercado interno da cidade, com a produção de produtos têxteis e de gêneros alimentícios. A rápida urbanização paulistana, pouco antes da virada do século, é vista com entusiasmo pela imprensa (SOUZA, 1994), as grandes transformações nos serviços urbanos e a rápida mudança de paisagem trazem para a cidade o anseio da modernização e, principalmente, de São Paulo se tornar moderna, como coloca Souza (1994, p.33), *“o processo de produção e apropriação da cidade de São Paulo conhece aquelas especificidades em que o velho e o moderno se combatem numa promiscuidade formal geradora de estéticas absolutamente inusitadas”*.

Balandier (1997, p.232) ao discutir sobre os efeitos da modernidade e as mudanças que esta impõe a vida do homem descreve que,

o homem se situa, se inscreve em seu meio e age sob o comando da razão comum, e mais ainda de suas próprias razões onde se misturam seus interesses, seus desejos, suas interpretações e suas crenças.

Thompson (2008) em seu artigo que trata sobre grupos comunitários, mostra que a modernidade, vai evocar a necessidade de segregação de outros e a aproximação com os seus pares por partes dos grupos, mudando os valores instituídos da antiga sociedade rural inglesa para a nova sociedade industrial que estava surgindo na Inglaterra.

Os avanços e as necessidades trazidas pela indústria provocam a rápida mudança nas características da cidade. Segundo Souza (1994), a evolução histórica da cidade de São Paulo ao longo dos seus 435 anos apresenta onze fases, sendo que, no período entre 1840 e 1945, a cidade de São Paulo cria bases e se transforma no que originará a metrópole paulista do final do século XX.

Esta autora (1994, p.50) destaca que nesse período, entre 1840-1889,

delineia-se a sua história atual. São Paulo inicia um franco processo de recuperação e intensa movimentação econômica, com a criação de bancos e a implantação de infra-estrutura (iluminação pública, água e esgoto, cemitérios). Calamidades afetam a cidade, que tem ainda uma população muito reduzida, surgem nessa época, importantes e grandes loteamentos, a exemplo do que dará origem à Avenida Paulista.

Monbeig (2004), ao tratar sobre as transformações da cidade de São Paulo, enfatiza que essas devem, com o avanço do povoamento rural, ser vinculadas à ascensão ao poder dessa classe de proprietários agrícolas e ao controle total que eles tinham da economia cafeeira.

O autor ainda dá destaque aos primeiros contingentes de imigrantes que se estabeleciam na cidade. Para Monbeig (2004, p.42-43),

não se tratava ainda da massa de imigrantes de proletariados em busca de qualquer trabalho por um salário qualquer. A maioria dos membros dessa colônia inicial eram artífices, comerciantes ou engenheiros. O grupo dos italianos ainda era modesto, integrado por alguns comerciantes de massa, de frutos do mar e do pescado. Os ingleses eram médicos, relojoeiros, mecânicos, um deles possuía uma serraria a vapor, provavelmente a primeira de São Paulo, e tinha chácara às portas da cidade, outros migram para fazer o cadastramento urbano e para dirigir os trabalhos de canalização das águas. Os franceses eram mais numerosos e tinham profissões mais variadas: jardineiros e floristas, cabeleireiros, modistas, joalheiros, litógrafos, dentistas, professores de música e fabricantes de licores.

Os diferentes atributos dos imigrantes contribuem, principalmente, para as melhorias de infra-estrutura de São Paulo, vide a construção do sistema de água e esgoto por parte dos ingleses, na região da Serra da Cantareira.

A partir de 1870, o influxo de população gera uma crise nas velhas estruturas da cidade e da aglomeração urbana, saindo da região central e se deslocando da

colina para conquistar as várzeas na atual região dos Campos Elíseos como afirma Monbeig (2004,p.51).

Nos bairros antigos, várias casas foram transformadas em estabelecimentos comerciais. Em 1877 foram expulsos os quitandeiros da Rua das Casinhas, a qual, tornada a Rua do Tesouro, passou a ser ladeada de lojas e escritórios. Os andares térreos das antigas residências foram transformados em seções administrativas e depósitos de mercadorias. Durante certo tempo continuaram sendo habitados os andares superiores, como no caso do Conselheiro Antônio Prado, que residia acima dos escritórios da Cia de Café Prado Chaves, da qual foi o principal diretor.

Outro fator que contribui para as mudanças da cidade foi à assinatura da lei Áurea. A partir dessa lei, houve um colapso do sistema trabalhista brasileiro. Monbeig (2004) atribui as mudanças citadas acima, à diminuição do número de escravos, fato que também ocorre na cidade de Santos. Fausto (1983, p.16) contribui com as idéias de Monbeig, ao tratar da importância da cidade de São Paulo, citando que,

em meio à crise do sistema escravista, estendiam-se as relações mercantis como pré-requisitos ao desenvolvimento capitalista. São Paulo começava a se definir como centro urbano, tornando-se gradativamente o grande mercado distribuidor de produtos e mão-de-obra.

Fausto (1983) coloca que as manifestações iniciais da atividade industrial na província de São Paulo vinculam-se estreitamente às alterações introduzidas no interior da empresa cafeeira, a partir da extinção do tráfico externo de escravos e à expansão urbana no interior da província.

São Paulo se afirma como centro integrador regional, na medida em que as relações capitalistas de produção se estenderam, intensificando a divisão do trabalho e o conseqüente crescimento do pequeno comércio, da classe média profissional ou burocrática, dos primeiros núcleos operários.

O processo inicial da produção paulista provoca não só o crescimento da cidade para as áreas de várzea, mas também, uma mudança na estrutura social do país.

Souza (1994) ao trabalhar com o processo de metropolização da cidade de São Paulo dá destaque à configuração da sociedade predominantemente urbanizada e com acentuado teor burguês implicou, desde o início da fase republicana, uma penalização permanente das classes populares.

Schmidt (1986) ao tratar da urbanização brasileira coloca que esta, sempre esteve vinculada ao desenvolvimento global do país, na medida em que foram as cidades os centros propulsores do crescimento e diversificação da economia nacional, especialmente a partir do fim do século XIX.

Carlos (2001, p.15) corrobora com as idéias dos dois autores anteriores ao citar que

parece não haver dúvidas de que a cidade se reproduz, continuamente, como condição geral do processo de valorização gerado no capitalismo no sentido de viabilizar os processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo do capital se desenvolva e possibilite a continuidade da produção, logo, sua reprodução.

O final do século XIX apresenta o país tendo uma industrialização precoce e frágil. A iniciativa privada, em conjunto com o Governo Federal, busca na Europa a melhoria da raça (MORAES, 2005b) e, conseqüentemente, mão de obra qualificada para esse novo período industrial. Moraes (2005b, p.120) ainda destaca que,

Inicia-se uma formidável corrente imigratória que desembarca nos portos no país milhares de trabalhadores de variadas nacionalidades. Vastos contingentes de italianos, alemães, japoneses, árabes, etc, começam a dar uma tonalidade cosmopolita a algumas cidades brasileiras.

As décadas seguintes não seriam diferentes, Souza (1994, p.50) destaca que entre 1889-1916,

a cidade consolida sua função bancária, comercial e industrial e acelera o processo de urbanização, consolidando os novos loteamentos, como as Avenidas Paulista e Higienópolis.

Inaugurava-se viadutos e modernizava-se a infra-estrutura (água, luz, transporte). Em 1900, São Paulo tem 250 mil almas, possui bairros residenciais modernos, operários trabalhando na indústria e anuncia-se a instalação de bondes elétricos. Surgem os primeiros planos urbanos. Em 1915, a produção do Estado de São Paulo representa 40% da produção nacional.

O crescimento vertical da cidade na zona central e o crescimento horizontal nas áreas periféricas vão determinar as funções de cada bairro na estrutura urbana da cidade de São Paulo. Carlos (2001a) coloca que entendendo o espaço como mercadoria este é fragmentado e vendido em pedaços, dessa forma, o espaço se reproduz como condição da produção atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução.

Enquanto a região central tornava-se o centro comercial da cidade, abrigando novas funções e crescendo verticalmente, como pode-se perceber através da **Tabela 1**, com a construção de prédios, as áreas periféricas em direção a Oeste, ao Rio Pinheiros, passava a abrigar a elite, e em direção a Leste, principalmente, havia um amontoado de fábricas que geravam emprego, com a mão-de-obra imigrante, a autora (2001a, p.18) ao trabalhar com essa variação de funções dentro da cidade cita que

A acumulação tende a produzir uma racionalidade homogeneizante inerente ao processo, que não se realiza apenas produzindo objetos/mercadorias, mas a divisão e a organização do trabalho, modelos de comportamento e valores que induzem ao consumo revelando-se como norteadores da vida cotidiana.

Tabela 1 – Cidade de São Paulo – Número de Prédios segundo os Distritos: 1911-1918

Distritos	1911	1918
Sé	1.128	1.434
Santa Efigênia	5.874	4.827
Consolação	5.885	4.719
Brás	8.058	5.365
Mooca	-	7.183
Santa Cecília	5.670	6.216
Bom Retiro	-	2.836
Liberdade	4.160	5.185
Bela Vista	-	3.874
Belenzinho	2.120	5.370
Vila Mariana	1.478	3.403
Cambuci	165	1.390
Lapa	-	2.221
Santana	651	1.707
Penha	353	478
TOTAL	35.542	56.208

Fonte: Arquivo do Estado, 2001, p.105

Adaptado por: CASTRO, 2009.

A tabela evidência principalmente o aumento do número de prédios nos bairros mais afastados do centro da cidade de São Paulo, mostrando o crescimento urbano na década de 1910, principalmente naqueles bairros que já tendiam a atividade fabril, como a Lapa, o Belenzinho e a Mooca. Deve-se dar destaque a queda do número de prédios do bairro do Brás, visto que, esse era o principal bairro industrial da capital paulista no período, o fato é que ocorre um desmembramento desse bairro em 1910, com o surgimento do bairro da Mooca.

A estrutura da província de São Paulo também muda nesse período, como afirma Fausto (1983, p.13)

as necessidades da economia exportadora, baseada no café, propiciaram modificações no sistema de transporte e nos serviços portuários. A medida em que a exportação assumiu proporções consideráveis, gerando um significado excedente econômico, colocou-se o problema do escoamento da mercadoria para os portos, a baixo custo e em larga escala. Os caminhos precários, percorridos por tropas conduzidas por escravos desviados da atividade das fazendas, foram sendo substituídos pelas vias férreas, que se implantaram como um elo entre as regiões produtoras e os centros exportadores. [...]. A construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, inaugurada

em 1867, representou a ruína dos pequenos portos e a consolidação de Santos como o grande porto do comércio externo da província, excluía a região do vale.

A estruturação da província com a construção da estrada de ferro e a consolidação do porto de Santos, que tinham a finalidade, em um primeiro momento, apenas para escoar o café, com o período imigratório esse sistema férreo passa a desenvolver fluxo contrário, levando imigrantes do porto de Santos a Hospedaria dos Imigrantes e, posteriormente, ao interior paulista.

Moreira (2006, p.160) coloca que

a cidade é a grande beneficiária desse desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação trazidos pela Revolução Industrial. A cidade torna-se o ponto de referência de uma gama de conexões que recobre e vai deitar-se sobre o espaço terrestre como um todo numa única rede.

A construção das linhas férreas interliga a cidade de São Paulo a várias regiões do Estado, e liga o interior paulista ao Porto de Santos, mas também, liga a cidade de São Paulo à capital federal, no Rio de Janeiro. O sistema férreo permite, então, a ligação das cidades, acabando com o isolamento entre as mesmas.

Os bairros aproveitam o desenvolvimento das linhas férreas para crescer. Tanto a região central, com a Estação da Luz, quanto os bairros operários com a Estação do Brás, se desenvolvem com este novo momento.

Monbeig (2004) comenta que na administração de João Theodoro Xavier de Matos, presidente da província, em 1872 abre-se uma rua ligando os bairros do Brás e da Luz, ou seja, entre as estações dos trens para o Rio de Janeiro e Campinas.

O bairro do Brás, com a construção da Hospedaria dos Imigrantes, em conjunto com a estação de trem do Brás, torna-se um centro imigratório, local ideal para a construção e implementação de novas fábricas.

Para o autor (2004, p.52),

O bairro do Brás fora até então um simples subúrbio de artífices e de chácaras pelos caminhos do Rio, sede de oficinas de carpintaria, de ferrarias, sapatarias, contando com um farmacêutico, um veterinário e alguns pequenos comerciantes atraídos pelo movimento dos viajantes e pelas possibilidades

de escapar dos impostos urbanos. Todos esses estabelecimentos foram rapidamente cedendo espaço a pequenos hotéis, a lojas e a casas de operários. A influência da estação ferroviária foi mais tarde reforçada pela vizinhança da Hospedaria dos Imigrantes e da Rua Parnahyba.

Ainda segundo esse autor (2004), a aglomeração urbana estava chegando junto às velhas chácaras e aos antigos sítios, com a criação de novos bairros. Monbeig (2004) também destaca que a expansão de seu povoamento urbano foi realizada sem ordem alguma e de conformidade aos interesses imediatos dos indivíduos. Na maioria das vezes, os novos bairros foram surgindo ao acaso, por ocasião do falecimento de um dos proprietários das velhas chácaras. Em seguida dava-se ou fora dado os nomes dos antigos donos às ruas mais importantes de cada loteamento. Dessa forma, surgem as Avenidas Angélica e Brigadeiro Luís Antônio, e também a Rua Barão de Itapetininga.

Monbeig (2004, p.56) ressalva a importância da estrutura familiar ao destacar que

em nenhum desses casos a administração municipal chegou a exercer um papel de alguma importância: cada um fazia seu loteamento isoladamente, sem grandes preocupações urbanísticas, traçando as ruas de forma mais simples possível e, acima de tudo, procurando extrair um lucro apreciável. Esse sistema refletia perfeitamente uma sociedade na qual a instituição familiar ainda não havia perdido sua solidez, mas estava ao mesmo tempo lançando-se no enriquecimento pela livre concorrência, freqüentemente acoplada à especulação, praticada por indivíduos ainda pouco conscientes da existência de interesses coletivos.

Souza (1994) dá destaque aos anos de 1916 a 1945, caracterizando esse período por um intenso processo imigratório estrangeiro. São Paulo torna-se o maior centro industrial da América do Sul, consolidando-se como centro de serviços: criação de universidades, construção de prisões. Ocorre uma intensa movimentação operária. Ampliam-se as periferias. O prefeito Prestes Maia colabora na elaboração dos planos urbanos, construindo os primeiros arranha-céus, dando início ao

processo de verticalização, definindo em 1929 o primeiro Código de Obras, denominado Arthur Saboya.

A cidade cresce vertiginosamente. A acumulação de imigrantes nos bairros periféricos em conjunto com o contingente migrante vindo de outras regiões do país provoca a expansão urbana. Carlos (2001a, p.15) chega a citar que

nesse nível de realidade o espaço produzido assume a característica de fragmentado (em decorrência da ação dos empreendedores imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço), homogêneo (pela dominação imposta pelo Estado ao espaço) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho).

A cidade passa a ser conhecida como a “cidade dos italianos”, visto o grande número de imigrantes italianos ou descendentes destes. O número de imigrantes ou de origem imigrante torna-se tão assustador que obriga o governo Vargas a diminuir, quando não suspender, os fluxos imigratórios, temendo a formação de quistos étnicos, como ocorria no bairro da Liberdade.

O setor industrial paulistano havia se desenvolvido abrigando maior parte da massa trabalhadora imigrante, a outra parte trabalhava principalmente no setor comercial.

A disjunção entre os processos de industrialização e urbanização no Brasil significa que, historicamente, somente uma pequena parte da população brasileira concentrada nas áreas urbanas tem sua renda vinculada diretamente às atividades industriais, sendo esta situação produto de fatores como (SCHIMIDT, 1986): a função da cidade no processo de intermediação econômico-financeira dentro do complexo agroexportador, cuja vigência tem marcado a história moderna do país; as correntes migratórias internas diretamente associadas ao peculiar processo de modernização nacional, com intensa capitalização da atividade agropecuária e libertação de mão de obra do campo para a cidade, bem como outros fatores associados ao próprio tipo assumido pela industrialização no Brasil, cujo caráter concentrado e destinado a consumidores de alta renda tem limitado a própria capacidade de expansão do parque produtivo transformador.

O Estado, nesse período, tem papel fundamental. Para Santos (2004, p.243) *“o Estado tornou-se o grande criador de infraestruturas, mas também, de atividades e empregos cuja localização não é obrigatoriamente subordinada a lei de mercado”*.

Schmidt (1986, p.15) destaca que a presença do Estado na estruturação do território brasileiro confunde-se com a própria história do país. A este respeito, diversas estratégias têm ocupado a agenda governamental desde o século XIX.

A exemplo de outros países que experimentaram uma tardia integração no mercado capitalista, o Estado, no Brasil, tem historicamente tentado ocupar plenamente o território nacional por intermédio do redimensionamento dos fluxos migratórios, da colonização dirigida ou subsidiada, através da implantação de novos eixos de comunicação e da constituição de novos núcleos urbanos.

Schmidt (1986) ainda associa os diferentes investimentos por parte do Estado em relação ao território nacional. O crescimento dinâmico do Sudeste foi parcialmente subsidiado pelo resto da nação, especialmente pelo Nordeste, uma vez que a política governamental de industrialização através da substituição de importações teve o efeito colateral de forçar o restante do país a comprar do Sudeste. O papel do Estado na economia era intensificar o já pronunciado desequilíbrio regional e para estimular a primazia do Sudeste.

Carlos (2001, p.29a) coloca que

no contexto do espaço planejado, manipulado que aparece como objetivo e neutro escondem-se seu sentido político como meio de dominação. Nesse sentido por meio do Estado, o espaço é um elemento de dominação em contradição com o espaço da apropriação revelado, claramente, nas lutas que aí se realizam.

Portanto, para Santos (2005, p.33) *“o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais econômicas e políticas”*

2.2. A Indústria Paulista

O crescimento urbano da cidade de São Paulo está intimamente ligado ao setor industrial.

Esse novo setor que se instalava na periferia paulistana, tinha o objetivo de alavancar a economia brasileira e suprir as necessidades econômicas que o Estado tinha, com a importação de certos produtos.

Andrade (1991, p.93) coloca que,

se, se considerar, por exemplo, a situação no ano de 1872, entre as indústrias citadas pelo presidente Francisco Xavier Pinto Lima, ao lado de fabricas de tecidos de algodão, de iniciativa da elite paulista, encontram-se fabricas de gêneros diversos, todas movidas a vapor, pertencentes na sua maioria a estrangeiros, além de inúmeras outras pequenas indústrias.

Esse caráter industrial que a cidade de São Paulo revelava em 1872, tendo já o imigrante como um dos principais agentes desse período, irá permitir que a cidade, principalmente na sua área periférica, sofra alterações, sempre valorizando a indústria, embora esta não tenha ainda papel importante na economia nacional.

O crescimento industrial, que se instala nas principais cidades brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, no biênio de 1890 e 1891, período também conhecido como “Encilhamento”, como cita Andrade (1991), mostra um grande favorecimento a indústria, fato este, demonstrado pela **Tabela 2**.

A concentração de capitais pode ser explicada pelo fato da cidade de São Paulo possuir as três fábricas de cerveja, com produção em larga escala, na província paulista.

Tabela 2 – Cidade de São Paulo – Número de Fábricas: 1880/1901

Períodos	Fábricas
Antes de 1880	16
De 1880 a 1889	16
De 1890 a 1894	21
De 1895 a 1901	39
TOTAL	92

Fonte: Arquivo do Estado, 2001, p.82

Adaptado por: CASTRO, 2009.

A Cia. Antarctica Paulista criada em 1891, e localizada entre os trilhos da São Paulo Railway e Largo da Concórdia, compra em 1904 a sua principal concorrente, a Fabrica de Cerveja Bavária, na Mooca, onde esta também se localizava próximo aos trilhos da São Paulo Railway.

Andrade (1991, 106) coloca que,

depois do encilhamento, a indústria que nascera distribuída por quase todos os municípios da província, concentrou – se na capital e em algumas cidades do interior, completando com um processo iniciado com a expansão das ferrovias.

No período entre 1900 a 1943, a economia brasileira sofria com a crise da superprodução do café.

Monbeig (2004, p.68) escreve que,

o governo federal apoiado pela opinião pública, estava preocupado em reduzir as importações a partir da criação de uma indústria têxtil nacional, apta a transformar o algodão então produzidos pelos estados do Nordeste.

A saída encontrada em favorecer o setor industrial, com o apoio da opinião pública, mostrava claramente a preocupação dessa sociedade com a crise cafeeira.

O governo, com o intuito de favorecer o desenvolvimento da indústria, oferecia favores às empresas, como isenção de impostos, oferecimento de empréstimos, prêmios e isenção dos direitos de importação para o aparelho industrial.

Outro fator que contribui para o desenvolvimento industrial paulista foi o período de guerras.

No período da Primeira Guerra Mundial, a cidade de São Paulo recebe imigrantes, exclusivamente urbanos, prontos para aceitar quaisquer tarefas e outros também já habituados ao trabalho fabril.

Monbeig (2004, p.70) cita que *“durante a Segunda Guerra Mundial, o êxodo rural torna-se catastrófico. As fábricas trabalhavam a todo o vapor e os custos da agricultura aumentavam rapidamente”*, isso fez com que os pequenos proprietários abandonassem suas fazendas e passassem a tentar a vida na capital.

Ainda Monbeig (2004, p.70) ao enfatizar a característica da mão-de-obra operária, no período de guerra, dá destaque à mão-de-obra imigrante, principalmente a que foge das lavouras no interior paulista e vem para a capital em

busca de trabalho. Expõe que, *“uma das principais indústrias da periferia paulista estimou que mais de 10% de seus operários procediam diretamente das áreas rurais enquanto outra parte de seu pessoal já havia passado antes por outras fábricas”*.

A interferência do imigrante no processo industrial paulista e principalmente no processo industrial paulistano é nitidamente sentida ao vermos como a indústria cresce nesse período; não que a indústria tenha crescido apenas por causa da mão de obra imigrante, mas essa mão de obra que era capacitada e especializada contribuiu para a rapidez no avanço industrial.

Assim, a localização desses imigrantes no final do século XIX e início do século XX, dentro da cidade, estarão em primeiro lugar ligados aos bairros industriais. Futuramente, com a expansão dessa indústria e com o crescimento ininterrupto da cidade, esses bairros vão perdendo as suas características, e perdem também as suas indústrias.

2.3. O Bairro, a rua e a casa ...

A inserção dessa nova população de forma premeditada, ou seja, nas áreas periféricas e baixas da cidade pela elite paulistana, proporcionando o crescimento horizontal da cidade de São Paulo e a concentração em apenas alguns bairros do novo setor industrial, favoreceu o estreitamento dos laços entre as populações ali vigentes.

Para isso, o estudo de três categorias de análise se torna importante para compreender a fundamentação da comunidade. O bairro, a rua e a casa irão trazer três esferas diferentes dentro do cotidiano do ser humano que irá permitir avaliar as suas relações com o outro, abordando assim, laços de relação diferentes de acordo com a categoria estudada.

O bairro nos mostrará o local público, aquele em que o ser humano possui relações com o conhecido e o desconhecido - aquele que ao ser transgredido lhe proporciona o novo. A rua trará o limite do que é público para o contexto privado, fazendo o transporte do local de trabalho para o local de lazer – é nela que as relações públicas da família irão ocorrer. A casa é o ambiente privado, com características de local público. De acordo com quem a família está recebendo, os limites da casa são mais rígidos ou mais flexíveis de acordo com a visita.

A casa ainda traz uma questão peculiar, visto que boa parte da população imigrante morava em cortiços, quando não próprios, alugando quartos. O ambiente do cômodo da casa é que faz essa distinção entre o que é público e o que é privado, dentro do cortiço.

Dessa forma, o bairro, a rua e a casa devem ser compreendidas como categorias de análise diferentes dentro do espaço, embora uma complemente e contribua para explicar a outra.

Carlos (2001a) ao justificar sobre a importância dos estudos do bairro coloca que este recorte é fundamental para a análise, visto que o habitante da metrópole não a habita em sua totalidade, pois a vida urbana é delimitada, dividida em frações tanto espaciais quanto temporais, criando relações de espaço-tempo do trabalho, do lazer e da vida privada.

Serpa (2007, p.153) cita que

dialetizar as relações entre sociedade e cultura olhando o bairro como o lugar da experiência pode ajudar na busca de

instrumentos teórico-conceituais mais flexíveis que aqueles legados pela sociologia culturalista, para melhor entender a problemática do “bairro” no contexto da metrópole capitalista (...) as relações de vizinhança constituem um caso peculiar de “redes do cotidiano”. Elas são ainda muito condicionadas pelas diferenças entre classes sociais.

O bairro torna-se o local da identidade e o lugar do cotidiano – é no bairro que o operariado irá distinguir seu tempo fabril e o tempo familiar, se alienando, como colocava Marx (2005b), devido ao processo de produção e resgatando antigos valores no convívio familiar.

Balandier (1997, p.233) ao trabalhar com o imaginário da modernidade diz que este, *“reporta-se a espaços, produz uma topografia. Nesse sentido, reflete – embora transformado – as relações que o homem estabeleceu com o espaço onde o passado trouxe suas inscrições, dando assim uma materialidade à memória coletiva”*.

Carlos (2001a, p.244) analisa o bairro como o nível de prática sócio-espacial, sendo que

este se revela no plano do vivido (envolvendo a categoria habitante), que mostra a condição da vida material, ganha sentido na vida cotidiana, expressando as condições da reprodução espacial no mundo moderno. Na escala do micro, o bairro do ponto de vista da realização da vida – configura-se como prática sócio-espacial. Nessa dimensão concreta, ocorre a produção de laços de solidariedade e união de vizinhança, que colocam em evidência a prática do habitante (espaço e tempo do lazer e da vida privada, bem como espaço e tempo do trabalho, iluminando usos, particularmente aquele que se estabelece fora do mundo do trabalho e da vida privada).

Então, para a autora (2001a, p.234)

o bairro aparece como nível de elucidação da vida cotidiana e do sentido da cidade na vida, onde se lêem as mudanças na metrópole, onde se descobre que essas mudanças se dão com desencontros, em temporalidades diferenciadas.

Certeau (2008, p.45) ao tratar do uso do bairro coloca que este

é, por conseguinte, no sentido forte do termo, um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo de privatização do espaço público. Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um conhecimento.

Em obra anterior, Carlos (1996a) ainda enfatiza que o bairro nos coloca diante de relações de imediatez, enquanto lugar precípua da reprodução no plano da vida imediata, mas esta reprodução se refere não somente ao plano da ordem próxima, mas realiza a ordem distante, aquela da constituição da sociedade urbana.

Certeau (2008, p.40) define o bairro como

um domínio do ambiente social, pois este constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido.

Pode-se, portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço.

O bairro tornou-se local da identidade de determinado grupo. Durante o período de imigrações, os bairros tornaram-se redutos da população que acabava de chegar. O bairro, então, exercia a função de amenizar o processo de mudança no modo de vida.

A partir do momento em que o imigrante chegava ao bairro, este já oferecia signos e símbolos que diminuía o estranhamento desse novo local.

O bairro aparece assim como o lugar onde se manifesta um “engajamento” social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a

você pelo fato concreto, mas essencial da proximidade e da repetição (CERTEAU, 2008, p.39).

Para Haesbaert (1999, p.187),

a intensificação das migrações, por exemplo, leva ao mesmo tempo a uma proliferação de microespaços de identidades, segregados/segregadores, e a um entrecruzamento de traços culturais que produzem espaços híbridos, virtuais articuladores de novas identificações territoriais.

O autor também coloca que um território, neste caso, pode veicular poderes simbólicos de múltiplas faces, ora reforçando a segregação, ora viabilizando uma dinâmica de convívio ou de ativação de múltiplas identidades.

O bairro é, então, o local na cidade em que o indivíduo reconhece e se reconhece pertencendo ao processo de produção urbana. Lynch (2006, p.75) coloca que

as características físicas que determinam os bairros são continuidades temáticas que podem consistir numa infinita variedade de componentes: textura, espaço, forma, detalhe, símbolo, tipo de construção, usos, atividades, habitantes, estados de conservação, topografia.

O cidadão então reconhece nessas características do bairro o seu lugar, o local onde ele vive e reproduz o seu cotidiano e adota na vida de bairro a sua comunidade e os interesses dela, incluindo seus valores, participando da materialização da cultura.

O autor (2006) ainda tratando sobre o bairro, e mais especificamente sobre os limites desse bairro, cita que este tem diversas fronteiras, sendo que, algumas são fortes, definidas e precisas, outras podem ser ligeiras ou incertas. Embora estes limites pareçam desempenhar um papel secundário na sua constituição, podendo fixar suas fronteiras e reforçar a sua identidade.

Scarlato (2004) ao tratar dos bairros populares do entorno do centro da cidade de São Paulo, destaca que esses eram lugares que exerciam funções residenciais, em que o comércio e os serviços ali realizados respondiam mais diretamente às necessidades do cotidiano de sua população. Somente os bairros do

Brás, Mooca e Barra Funda eram aqueles que também abrigavam as indústrias da primeira fase do século XIX.

Para este autor (2004, p.248-249),

a consolidação dos bairros do entorno do centro antigo teve sua história profundamente ligada às transformações ocorridas com este centro. Nele residiu, por muito tempo, tanto a maior parte da força de trabalho da emergente indústria da cidade como aquela que trabalhava nas atividades de comércio e serviços.

Esses bairros eram, em sua maioria, formados por imigrantes, tendo como principal função o artesanato. Neles, as relações comunitárias eram alicerçadas por forte identidade cultural.

Heller (2008, p.31) coloca que a *“vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”*.

Michel de Certeau (2008), ao trabalhar com a problemática da organização da vida cotidiana, enfatiza que a organização da vida cotidiana se articula ao menos, segundo dois registros: os comportamentos, cujo sistema se torna visível no espaço social da rua e que se traduz pelo vestuário, pela aplicação mais ou menos estrita dos códigos de cortesia (saudações), o ritmo de andar, o modo como se evita ou, ao contrário, se valoriza este ou aquele espaço público; e os benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de se portar no espaço do bairro, em que esses benefícios aparecem de maneira parcial ou fragmentada, no modo como caminha, ou de maneira mais geral, através do modo como consome o espaço público.

O bairro possibilita que a comunidade transforme-o através de práticas culturais.

Certeau (2008, p.40) define essas práticas como sendo

a combinação mais ou menos coerente, mais ou menos fluída, de elementos cotidianos concretos (*menu* gastronômico) ou ideológicos (religiosos, políticos), ao mesmo tempo passados por uma tradição (de uma família, de um grupo social) e realizados dia a dia através dos comportamentos que traduzem em uma visibilidade social fragmentos desse dispositivo cultural.

A comunidade, então, é a responsável por atribuir valores culturais dentro do processo de materialização do espaço, sendo que ela, a comunidade, pode produzir tais valores ou incorporar, e até mesmo repeli-los.

Para Claval (2001, p.114),

a comunidade serve de modelo a toda uma série de unidades sociais e culturais: um pequeno grupo coeso, onde os membros estão ligados por relações de confiança mútua, pode se multiplicar por emigração ou se estender para englobar um grande número de pessoas por certos traços fundamentais de cultura.

Já Moraes enfatiza que (2005b, p.101),

o estabelecimento de laços entre os indivíduos tendo por referência os locais de origem ou de residência atua no sentido de criar falsas comunidades de interesses, vinculando uma ilusão de identidade sem referência social objetiva.

A comunidade, com a produção dos símbolos, faz com que haja a criação de pertencimento ao grupo, criando assim, uma identidade social e que posteriormente, como coloca Haesbaert (1999), pode chegar a uma identidade sócioespacial.

A simbologia construída por determinado grupo na materialização dos aspectos culturais, torna a idéia de pertencimento ao grupo um fenômeno natural, sendo que esta naturalização, para Haesbaert (1999, p.177),

torna puramente objetivo o que é permeado de subjetividade, transformando a complexidade da construção simbólica no simplismo de uma “construção natural”, a-histórica e aparentemente imóvel.

É a identidade socioterritorial a qual o autor (HAESBAERT, 1999, p.178) conceitua como *“uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto”*.

Essas identidades podem ser facilmente reconhecidas não apenas por membros do grupo, mas por qualquer indivíduo que reconheça um dos símbolos, como por exemplo, as ornamentações nas ruas do bairro japonês da Liberdade, em

São Paulo, ou as boinas e os trejeitos dos italianos no Brás, Mooca e Barra Funda, ao se vestirem e comunicarem.

Outro exemplo pode-se encontrar em Monbeig (2004), que escreve que todo descendente de árabe que morasse no bairro do Bom Retiro era considerado e chamado de “turco”, não importando o país de origem. Esse fato ocorria devido à população não conhecer os símbolos que os diferenciavam.

A rua para o bairro e para as pessoas que nele convivem, é o elo do seu mundo vivido, com o resto da metrópole. É na rua que as sensações do ser humano vão estar mais expostas ao percorrer o trajeto do seu local de origem para o seu destino, ou seja, é na rua que homem irá se identificar com o outro e sentir que é parte de um grupo ou se diferenciar desse grupo, de acordo com o local onde ele estiver.

Deve-se deixar claro, que o bairro tinha a função de garantir-lhe quase tudo o que se precisa, só obrigando ao morador sair-lhe, quando a sua necessidade não pudesse ser sanada ali. Logo, a rua tinha apenas o papel de trilhar o caminho para o morador, tornando-se um lugar extremamente impessoal durante o período do trabalho, mas um lugar pessoal durante o período do lazer.

Essa distinção de tempo, o tempo do trabalho e o tempo do lazer (MATTA, 1997), tornam-se uma das principais discussões sobre o espaço e o consumo da rua. Ela deve ser analisada de forma diferente de acordo com a sua função. Se for o tempo do trabalho, a rua então é um local de passagem, onde as pessoas simplesmente transitam sobre ela e encontram seus semelhantes (outros operários) que seguem junto para o mesmo destino, no caso a fábrica.

O autor (1997) coloca que o tempo da rua se torna impessoal, de duração cumulativa e histórica, possuindo assim movimentos desordenados. Se for o tempo do lazer, a rua torna-se então uma extensão da casa, um local privado e seguro que garantirá o lazer da família e o encontro com os amigos.

Matta (1997, p.34) ao discutir sobre a questão do tempo da rua, coloca que

as atividades que demarcam o tempo, ou ajudam a construí-lo provendo uma base para a noção de duração diferenciada e de passagem, são as atividades que ocorrem sempre em espaços distintos. Há um sistema de contraste ou de oposição no espaço, ou melhor, na constituição do espaço como coisa concreta e visível; assim como há atividades igualmente distintas.

Carlos (2001a) coloca que os usos da rua se determinam por relações espaços-temporais cada vez mais submetidas à lógica produtiva que transforma o tempo em medida, uma quantidade abstrata, e o espaço em uma distância a ser percorrida. A rua tende na metrópole, a desaparecer, preenchida por carros, destinada a locomoção, torna-se inútil a vida social, que se deteriora a medida que os indivíduos privilegiam a vida privada em detrimento da coletiva – não como opção livre, mas como coação do processo de reprodução do espaço urbano.

Matta (1997) corrobora com as idéias de Carlos quando afirma que, o tempo e o espaço em um sistema capitalista possuem medidas únicas, coordenadas num sistema também oficial e universal de medidas, fazendo parte de uma ideologia igualmente dominante.

Soja (1993) ao questionar sobre a estrutura do espaço e a sua organização, debate sobre os fatores que interferem nessa organização, destacando que estes não podem ser entendidos como autônomos, mas sim, a representação de um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais.

A idéia de Soja (1993) retoma a discussão sobre o método utilizado para a interpretação da cultura. O autor coloca que de uma perspectiva materialista, o tempo e o espaço representam a forma objetiva da matéria, sendo que, tempo, espaço e matéria estão inextricavelmente ligados.

Soja (1993, p.101) ainda cita que *“espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e das experiências sociais”*, sendo que de uma perspectiva materialista o que passa a ser importante é a relação entre o espaço criado e organizado e as demais estruturas, dentro de determinado modo de produção.

Assim, a produção do espaço voltado para os aspectos culturais estão inseridos diretamente com a questão do uso. A cultura só interferirá na produção do espaço, se este estiver sendo usado por quem a propague, sendo que, ela (a cultura) através de seus símbolos será reorganizada de acordo com a relação dialética que existir nesse espaço.

De acordo com Soja (1993, p. 106) o espaço é visto como

um produto material que emerge dialeticamente da interação entre a cultura e a natureza. Assim, o espaço não seria

simplesmente um reflexo, uma “mera oportunidade à disposição” da estrutura social, mas a expressão concreta de uma combinação de instâncias, um “conjunto histórico” de elementos e influências materiais de interação.

Scarlato (2004, p.86) ao tratar da apropriação do espaço cita que

na rua se tornam claras as formas de apropriação do lugar e da cidade, e é ali que afloram as diferenças e as contradições que permeiam a vida cotidiana, bem como tendências de homogeneização e normatização impostas pela estratégia do poder que subordina o social.

Tuan (1983) explica que a rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um, mas a unidade maior o “bairro”, torna-se um conceito devido ao morador do bairro não utilizá-lo completamente, ou seja, ele sabe de sua existência, mas “aquela” parte do bairro não lhe tem importância, pois não é utilizada por um determinado indivíduo.

O autor (1983) ainda complementa que não se expande automaticamente o sentimento que se tem pela rua local para todo o bairro, e que essa expansão do sentimento só ocorre através da experiência, tornando o bairro um lugar.

Corroborando com as idéias de Tuan, Carlos (2001a, p.240) cita que

a rua guarda vivamente a possibilidade do espaço coletivo apropriável para a vida por uma comunidade ou grupo, por uma vizinhança, evocando um dispositivo democrático por excelência: a esfera da publicidade regida pelo prazer social de falar em conjunto e de se manifestar livremente.

A autora ainda complementa em outra obra (2004, p.55) que

a rua aparece, como um elemento revelador a partir do qual se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias, bem como através dela desvendar a dimensão do urbano, das estratégias de subsistência e de vida pois marca a simultaneidade do cheio e do vazio; dos sons e dos ruídos; das temporalidades diferenciadas. No panorama das ruas pode-se ler a vida cotidiana – seu ritmo, suas contradições – os sentimentos de estranhamento, - as formas

como se trocam mercadorias (...), - as vitrines onde o ritual da mercadoria inebria,- o contraste das construções, das suas formas, usos, e cores.

A rua então, torna-se o local da cidadania, das lutas, do cotidiano, é na rua que o Homem vai se fazer vivo, produzindo e reproduzindo formas de manter aquele local como “seu”, sem permitir a interferência do outro, mesmo que dialeticamente ela ocorra.

O homem então produz o espaço não de forma alienada, mas sim, racional, sabendo das interferências que ocorrem dentro do sistema em que está inserido, valorizando seus hábitos e principalmente as suas tradições, que irão perpetuar os seus valores culturais até a próxima interferência, provocando novamente uma readaptação de sua cultura ao novo momento vivido. O que Tuan (1983) chamaria de Espaços Míticos, ou seja, é o componente espacial de uma visão de mundo, a conceituação de valores locais por meio da qual as pessoas realizam as suas atividades práticas.

Tuan (1983, p.99) cita como exemplo do espaço mítico na área urbana usando a seguinte situação:

As pessoas em um bairro conhecem bem sua área, porém é possível que desconheçam a área ocupada por um grupo vizinho. Ambos os grupos, entretanto, compartilham um impreciso conhecimento comum acumulado (mitos) a respeito de uma área muito maior – a região ou a nação – na qual as suas próprias áreas locais estão inseridas.

Carlos (2001a, p.227) cita que

as tramas das relações sócio-espaciais se constroem e se tecem na vida cotidiana, naquilo que se refere ao plano da vida, do imediato; pessoas, ruas caminhos... É assim que as pedras da cidade enquanto permanecem sustentam a memória. É porque a vida se desloca sobre as pedras, nos percursos, nos trajetos, e as relações se sustentam nos lugares da cidade.

Bosi (1994, p.125) ao trazer o relato de moradores que viveram o início do século XX na cidade de São Paulo, nos proporciona a percepção parcial do que era o mundo da casa e o mundo da rua ao relatar que,

a casa dava para a rua, mas tinha quintal; lembro da sala, dos dormitórios. Na frente da casa passavam os vendedores de castanha, cantarolando. E o pizzaiolo com latas enormes, que era muito engraçado e vendia o produto dele cantando. As crianças iam atrás. A rua não tinha calçada. Elas ficavam a vontade naquelas ruas antigas. Eram de lazer, porque não tinham movimento, e crianças tinha demais.

A casa ao contrario das outras categorias de análise irá proporcionar o estudo do ambiente privado. Ela mostrará o particular de cada família, onde as relações sociais mais se afloram devido às intensas imposições das estruturas sociais, onde a família irá representar de forma mais significativa essa estrutura.

A casa também servirá como local de fé, trazendo para dentro de um ambiente profano, os símbolos sagrados, quando não reservando um local da casa com área de preservação do sagrado.

Para Carlos (2001a) a relação casa-bairro se liga a presença, por isso, é parte integrante da identidade. A casa é valorizada como tal – é dela que se constituem as tramas espaciais, e é dela que se tecem os caminhos a partir dos quais se urdem as relações com o bairro e com a cidade. Isso significa que ela é mais que um endereço, um lugar no espaço urbano, ela é a referência e o lugar onde se estabelece a vida e é daí que o cidadão se vê na cidade e no mundo.

Ainda para a autora (2001a) a casa então é o elemento de identificação primeira com o lugar da realização da vida humana, marca um uso privado, é o elemento do conforto e da segurança do corpo; construindo a identidade do individuo marcada pela permanência, ela assume sentidos diferentes para o jovem e para o velho.

Matta (1997) coloca que na casa ocorre o chamado tempo cíclico, que é o tempo da casa, da família e dos amigos, que se reproduz todas as vezes que alguém deixa a casa ou entra na casa. Tempo este, que se refaz a cada reunião de parentes, amigos e compadres nos almoços de domingo e nas festas onde celebram as próprias relações sociais.

Tuan (1983) traz para o debate sobre a importância da casa na formação de uma comunidade, tratando-a como um microcosmo, ao trabalhar a idéia do espaço arquitetônico em contradição do espaço mítico, estabelecendo que a arquitetura é uma continuação do esforço humano para aumentar o conhecimento através da criação do mundo tangível que articula as experiências individuais como as coletivas.

O autor (1983) ainda coloca que os símbolos de uma casa formam um sistema e são nitidamente reais para os membros da família à medida que passam pelas diferentes etapas da vida.

Então, para Tuan (1983,p.129), *“o espaço arquitetônico continua a articular a ordem social(...)”. O ambiente moderno construído ainda mantém uma função educativa: seus sinais e cartazes informam e dissuadem”*.

Em seu estudo sobre a formação de Paranapiacaba, que fica atualmente na cidade de Santo André/SP, José de Souza Martins (2008) fala do efeito panóptico da construção da vila, mostrando que a estrutura da vila e as formas de distribuição das casas eram feitas, justamente, para que quem ficasse na casa do engenheiro-chefe da São Paulo Railway, que ficava no ponto mais alto da vila, como mostra a **Figura 2**, pudesse observar toda a vila de Paranapiacaba.

Figura - 2 Casa do Engenheiro-chefe



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/4834609>

A foto da casa do Engenheiro-chefe, destacada na figura anterior mostra exatamente esse efeito panóptico³ que Martins (2008) enfatiza, já que, ela foi

³ O efeito panóptico ocorre quando de um único ponto, normalmente o mais alto, é possível vigiar todos os lugares ao mesmo tempo. No caso, a casa do engenheiro chefe era possível ver todos os alugares da vila.

construída no ponto mais alto da vila de Paranapiacaba, dando a impressão de a vila inteira ter sido construída ao redor da casa.

O autor (2008, p.40) ao trabalhar com as casas operárias em Paranapiacaba, descreve a sua estrutura citando que,

em Paranapiacaba, ao meu ver é o caso mais interessante, há um traço vitoriano na arquitetura das casas, com a distinção de frente e fundo (...), o que também procede da cultura estamental. Numa parte da vila há duas ruas, a que passa na frente das casas e a que passa no fundo das casas. (...) A distinção entre frente e fundo teve por objetivo introduzir uma inovação social de enorme importância, que foi a distinção entre o público e o privado. O que deve ser mostrado aos outros e o que pode ser escondido. A área de aparência e a área de serviço.

Martins (2008) ainda destaca que na parte do fundo da casa entravam o carvão, a lenha, ou seja, as coisas sujas, a matéria prima da vida cotidiana. A parte da frente era preservada para receber visitas, o excepcional, o não-cotidiano.

Ainda para o autor (2008, p.42),

nas casas de Paranapiacaba o moderno chega através da racionalidade própria da atribuição das funções subalternas dos serviços e do trabalho doméstico ao fundo da casa, modo estamental também de esconder-lhe a visibilidade.

Fazendo um paralelo da vila de Paranapiacaba com a obra de Engels (2008), o modelo estrutural da vila operária de Paranapiacaba, revela um molde industrial inglês, que Engels já discutia em sua obra.

O autor (2008) ao tratar dos novos bairros operários da Inglaterra relata que este em comparação com as antigas *cottages*⁴, possui casas mais arejadas, embora também com os porões mais habitados. A esses bairros Engels (2008) destaca o fato de existirem as *back streets* (ruas de fundo), onde a melhor casa possuía sua frente para uma rua arejada, enquanto casas mais rústica, possuíam a sua frente para essa rua dos fundos.

⁴ Cottages eram , segundo Engels (2008) as piores casas na parte mais feia da cidade, quase sempre uma longa fila de construções de tijolo, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular, possuindo de 3 a 4 cômodos.

O autor (2008), ainda coloca que os bairros novos trazem um novo rearranjo da disposição das casas em comparação aos “bairros de má fama” (antigos bairros operários), onde as casas são interligadas umas as outras, sendo que o dono do terreno não necessariamente era o empreendedor.

Sobre as casas paulistanas Martins (2008) descreve que até meados dos anos 1930, as casas eram de preferência construídas á beira da calçada de modo que os fundos do terreno ficassem livres para a horta e o pomar, como mostra a **Figura 3**. Dessa forma, a família ficava para dentro protegida da rua pela muralha representada pela própria casa. Para o autor (2008, p.70) *“a casa não interagia-se com a rua, defendia-se dela”*.

Figura 3 - Vila Operária na Região da Mooca



Fonte: <http://www.casapaulistana.com.br/mostra/evolucao.htm>

Martins (2008) ainda enfatiza que na segunda metade da década de 1930, as casas recuadas das calçadas, passam a aparecer e se difundir pelos trabalhadores, com um espaço equivalente a um cômodo, para o jardim frontal. Assim, esses jardins procuravam imitar, desajeitadamente e em miniatura, os jardins públicos e os jardins residenciais dos palacetes de São Paulo, como é apresentado na **Figura 4**.

Dessa forma, o jardim marca o privado, impedindo antigos hábitos de entrar na casa dos outros, separando a família dos vizinhos, como coloca Martins (2008).

Figura 4 - Casa na Mooca

Fonte: <http://www.casapaulistana.com.br/mostra/arquitetura.htm>

Dentro da casa a cozinha era o cômodo que mais ganhava destaque, era nela que o cotidiano das pessoas e as relações familiares e sociais ocorriam, desde a recepção de familiares até a recepção de vizinhos, amigos. Martins (2008, p.94) cita que, *“na cozinha se fazia de tudo. Era onde se cozinhava, se comia, se conversava e, em não poucas casas, quando cessavam as atividades produtivas que lhe eram próprias, também se dormia”*.

Contudo a utilização dessas três categorias de análise, o bairro, a rua e a casa, irão proporcionar o estudo de algo maior para o grupo, a noção de comunidade.

Os estudos de cultura dentro da geografia, principalmente, quando quer explicar as representações culturais devem abordar o conceito de comunidade, pois é nela, que a cultura irá se revelar de forma mais enfática, produzindo linguagens Raffestin (1993) que representem os moradores daquele local.

2.4 ...enfim a comunidade!

A idéia de comunidade, ou o pensar em comunidade traz em um momento a memória de um pequeno grupo que ao se organizar, organiza o local onde vive para fins próprios. Assim, a comunidade trará elementos de identidade para a produzir o espaço e demarcará aquele espaço como sendo seu, estabelecendo o seu território.

Thompson (2008), em seu artigo, trata as comunidades como grupos de ajuda mútua fechados, sendo que não há necessidade de as pessoas dessas comunidades morarem na mesma região, dando exemplos de alguns grupos com sede estabelecida e que atraíam determinados seguimentos da sociedade inglesa.

A comunidade no Brasil, historicamente, possui característica diferente dessa inglesa, não que não existam semelhanças, mas são minoria perto da principal forma de comunidade que aqui existe.

A comunidade no Brasil, quando o termo é citado nos meios de comunicação, muitas vezes se refere a famílias carentes, que tentam se ajudar de alguma forma, sendo que o elo que liga essas famílias ou está relacionada com o seu lugar de origem ou de ascendentes, ou está relacionada com o local onde residem.

Para este trabalho o termo comunidade será empregado, como colocado por Bauman (2003), como lealdades pessoais sucessiva dos laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança, de família, ou seja, de laços em que ocorra o sentimento de pertencimento e reconhecimento de grupo.

Para Bauman (2003, p.61), a comunidade vai trazer um aspecto fundamental para o grupo – a identidade, sendo esta criada por um processo contínuo e infinito, por parte do grupo. *“A construção da identidade é um processo sem fim e para sempre incompleto, e assim deve permanecer para cumprir a sua promessa”*. A promessa que Bauman (2003) nos fala, é justamente aquela de manter o grupo e, principalmente, a de manter os valores desse grupo. O autor (2003, p.17) ainda argumenta que *“a comunidade é fiel à sua natureza apenas na medida em que ela é distinta de outros agrupamentos humanos, pequena (a ponto de estar à vista de todos seus membros e auto-suficiente)”*.

Claval (2001, p.292) corrobora com as idéias de Bauman mostrando os laços sociais existentes dentro de uma comunidade destacando,

a vida social e os reencontros múltiplos que ela implica desenvolvem-se em escalas circunscritas, aquela da

vizinhança, da vila ou do bairro, e aquela do país ou da cidade. Enquanto os deslocamentos são lentos, é no nível mais próximo que é possível fazer a experiência da comunidade.

Heller (2008, p.96) conceitua comunidade como,

Uma unidade estruturada, organizada, de grupos, dispondo de uma hierarquia homogênea de valores e a qual o indivíduo pertence necessariamente; essa necessidade pode decorrer do fato de “estar lançado” nela ao nascer, caso que a comunidade promove posteriormente a formação da individualidade, ou de uma escolha relativamente autônoma do indivíduo já desenvolvido.

A autora (2008) ainda complementa que as comunidades são “naturais” dentro do sentido de não poderem ser objetos de escolhas, mas sim, de uma imposição ao indivíduo a partir do momento de seu nascimento, destacando também que o homem já nasce inserido dentro da sua cotidianidade, e no seu amadurecimento ele irá adquirir todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade em questão.

Nesse ponto, a autora usa o termo sociedade para tratar justamente das camadas sociais – o homem, ao nascer, já estava fadado a cumprir algumas obrigações ao longo de sua vida, sendo introduzido dentro de um sistema sem escolha ou com pouquíssimas opções dela.

Pensar, então, na cidade de São Paulo e, principalmente, nos bairros operários por esta visão, já nos induz a acreditar que a pessoa que nascesse nesses bairros, já era considerada futura mão de obra para o empregador de seus pais, pois já estariam inseridas dentro de um sistema produtivo.

A comunidade então resgataria em todo momento não fabril, os valores e as tradições nela inseridas, resgatando a sua identidade e, principalmente, resgatando para os novos membros a sua memória.

Carlos (1996a, p.82) aborda que cada grupo definido localmente tem a própria memória e uma representação do tempo que só é dele, e cita que,

As formas que a sociedade produz guardam uma história, pois o tempo implica duração e continuidade. As formas materiais arquitetônicas guardam uma certa monumentalidade com seu

conteúdo social que a memória ilumina, torna-o presente e com isso lhe dá espessura (conteúdo ao presente).

A memória, aqui, ganha papel fundamental para buscar os valores morais desse grupo, e diferenciá-lo de outros, é a memória que resgatará para a comunidade os diversos laços nela inseridos, Bosi (1994, p.54) destaca o papel da memória ao colocar que,

a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referencia peculiares a esse indivíduo.

O resgate da memória trará então para a comunidade o seu senso de grupo, e fará com que as manifestações desse grupo representem a sua cultura, adaptando-a ao momento vivido.

Martins (2008, p.90) coloca que a

cultura atravessa, classifica e organiza o cotidiano que se expressa as determinações estruturais profundas da vida social e o entendimento que delas pode ter em comum. Para os envolvidos, o que importa é o conjunto das relações, momentos e significados desse processo, aquilo que deixa marcas na vida e na história.

Ao inserir o estudo de comunidade ao período industrial, devemos relembrar que essas comunidades eram formadas por pessoas que viviam próximas ao seu local de trabalho, quando não, nele próprio através das vilas industriais. As comunidades no período traziam consigo características marcantes do local de origem daquela população.

Como será visto, a necessidade de resgatar valores, faz com que, mesmo em diferentes tempos, o sentimento de grupo retorne, e as comunidades geradas a partir daí, tornam-se o porto-seguro para os novos imigrantes.

2.5. Os Bairros Industriais

O período entre 1920 a 1929 foi caracterizado como um período de prosperidade do café, fazendo com que os fazendeiros empregassem seus lucros na compra de terrenos e na construção de casas em São Paulo. Foi daí que se originou a expansão dos bairros residenciais entre a Avenida Paulista e a Várzea do Rio Pinheiros.

Essa ocupação dava ao lugar o status de área nobre, com a construção de grandes casarões e um alto índice de arborização, representados pela **Figura 5**.

Figura 5 - Vila Penteado, em Higienópolis, no começo do século 20



Fonte: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list28>

Carlos (2001a, p.15) dá destaque ao processo que a capital paulista passava no primeiro quartel do século XX, enfatizando que

há dois aspectos interdependentes do crescimento capitalista que estão na base da análise da aglomeração espacial: a necessidade de reprodução ampliada do capital e a crescente especialização decorrente do aprofundamento da divisão social, técnica e espacial do trabalho, que exige novas condições espaciais para sua realização. Por outro lado, as

mudanças no processo produtivo redimensionam o tamanho e a localização das fabricas, separam espacialmente o processo produtivo do escritório central e transformam a divisão do trabalho na fabrica gerando nova divisão do trabalho pelo processo de desintegração horizontal.

A cidade, então, possuía dois processos de crescimento: o horizontal, com a ampliação dos bairros e o crescimento da cidade seguindo as linhas férreas e as margens dos rios; e o vertical, já com o início do processo de verticalização do centro paulistano, com prédios de escritórios e o setor de serviços.

Monbeig (2004, p.83-84) ao destacar os bairros operários, mostrando o modo de vida da população desses bairros, citando que

os bairros proletários do Bexiga, da Barra Funda, do Brás ou da Mooca possuem ruas ladeadas por longas fileiras de casas baixas, sem jardins, mas abertas ao fundo para pequenos quintais longos e estreitos, cercados de muros. É aí que se encontram os tristes cortiços, espécie de habitações coletivas construídos nos primórdios da industrialização em 1903, 1906 e 1912.

As casas também eram elevadas, mas os subsolos, úmidos e sombrios, eram habitados, revelando as condições sociais desses imigrantes que vinham para São Paulo trabalhar na indústria.

Petrone (2001, p.127) corrobora com Monbeig (2004), ao citar sobre as situações das casas.

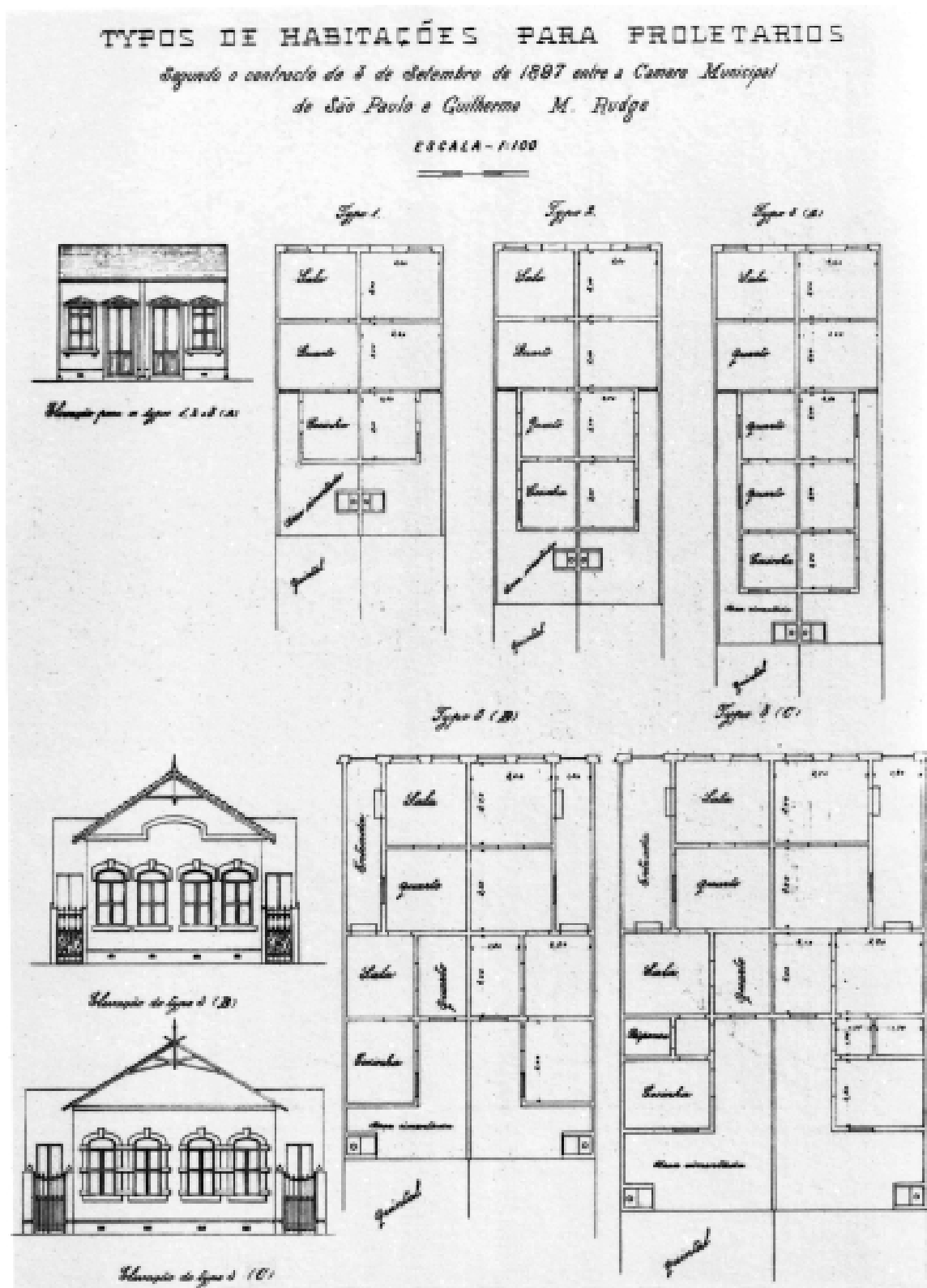
esses bairros ofereciam ao imigrante, geralmente parques de recursos, possibilidade de moradia relativamente barata – cortiços, porões, modestas residências térreas de porta e janela para a rua – além de propiciarem condições razoáveis para a busca de emprego, inclusive face a relativa proximidade do centro da cidade.

Andrade (1991) destaca que a migração em massa decorre da desagregação social que acompanha o movimento de expansão do capitalismo com a redução do sujeito na sociedade de origem à condição de trabalhador livre.

Monbeig (2004) dá destaque ao trabalho do sociólogo estadunidense Donald Pierson, que ao estudar a Mooca, contabilizou que seis famílias, em média, dispunham de um único lote de terreno, medindo 513 m². A situação dessas moradias era um pouco pior do que nas vilas operárias, visto que cada família vivia sobre o seu próprio teto, ao contrário dos cortiços, com um custo de pelo menos 150 Réis por mês.

A **Figura 6** mostra a planta dessas casas ocupadas por operários, onde existiam dois tipos de construção, de acordo, com a localização da casa como já foi mostrado através dos relatos de Engels.

Figura 6 - Planta das casas de Operários



Fonte: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/i-estudos.htm>

O *boom* industrial que ocorre em São Paulo faz com que os imigrantes recém chegados vão morar preferencialmente nos bairros novos que crescem junto às linhas férreas, sendo o Brás o mais populoso. Deve-se dar o destaque, que a localização da Hospedaria do Imigrante, representada pela **Figura 7**, que se localiza nesse bairro, teve grande influencia para tal crescimento.

Figura 7- Hospedaria dos Imigrantes⁵



Autor: CASTRO, D. M., 2005.

Andrade (1991) destaca o crescimento da Freguesia do Brás que, de menos populosa em 1872 com 2.038 habitantes, passa a ser mais populosa em 1890 com 16. 807 habitantes, fato evidenciado pela **Tabela 3**, devido ao crescimento do número de indústrias e a localização da hospedaria, que estava próxima a principal estação ferroviária com exceção da estação da Luz, que ligava ao porto de Santos.

⁵ A antiga Hospedaria do Imigrante tinha como função abrigar e cadastrar a população imigrante que chegava a cidade de São Paulo, pelo porto de Santos/SP.

Tabela 3 – Cidade de São Paulo – População segundo as Freguesias e Municípios: 1874.

Freguesias e Municípios	População
Sé	9.223
Santa Efigênia	4.459
Consolação	3.357
Brás	2.308
Guarulhos	2.604
Senhora do Ó	2.023
Penha de França	1.883
São Bernardo	2.787
Juqueri	2.720
São Paulo	31.364
Santo Amaro	5.470
Itapecerica	4.896
Santo Amaro	10.366
Cotia	5.024
Parnaíba	3.338
Mogi das Cruzes	11.460
Itaquaquecetuba	1.878
Escada	1.878
Arujá	1.568
Mogi das Cruzes	16.584
Jundiaí	7.805
TOTAL	74.481

Fonte: Arquivo do Estado, 2001, p.30

Adaptado por: CASTRO, 2009.

Já que em 1893, após o grande crescimento industrial, os índices populacionais alcançam as cifras de 32.387 habitantes, superada apenas pela Freguesia de Santa Efigênia, onde viviam 42. 715 pessoas.

No final do século XIX e início do século XX era possível destacar duas aglomerações industriais - Brás, Mooca e Belenzinho e, Bom Retiro, Barra Funda e Água Branca, ambas ligadas diretamente à ferrovia e caracterizadas com bairros industriais.

Os bairros industriais do “Além do Tamanduateí” (termo cunhado por Andrade 1991) não se destacavam apenas por suas características físicas, mas também devido aos seus números que contabilizavam no período.

Dos 8.000 operários computados nas fábricas da capital, cerca de 2.500 trabalhavam em fábricas do Brás, Mooca e Belenzinho, sendo que metade destes nas fábricas de tecidos.

Oito das maiores fábricas da cidade localizavam-se nesses bairros, podendo ser citadas a Cia. Nacional de Tecidos e Juta; Regoli, Crespi e Cia (futuro Contifício Crespi); Tecelagem de Lã de Antonio A. Penteado; Tecelagem Mariângela, como mostra a **Figura 8**; Moinho Matarazzo; secção da Mooca da Cia Antarctica (antiga Bavária).

Figura 8 - Operários em frente a Tecelagem Mariângela da Família Matarazzo, inaugurada em 1915



Fonte: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list28.asp>

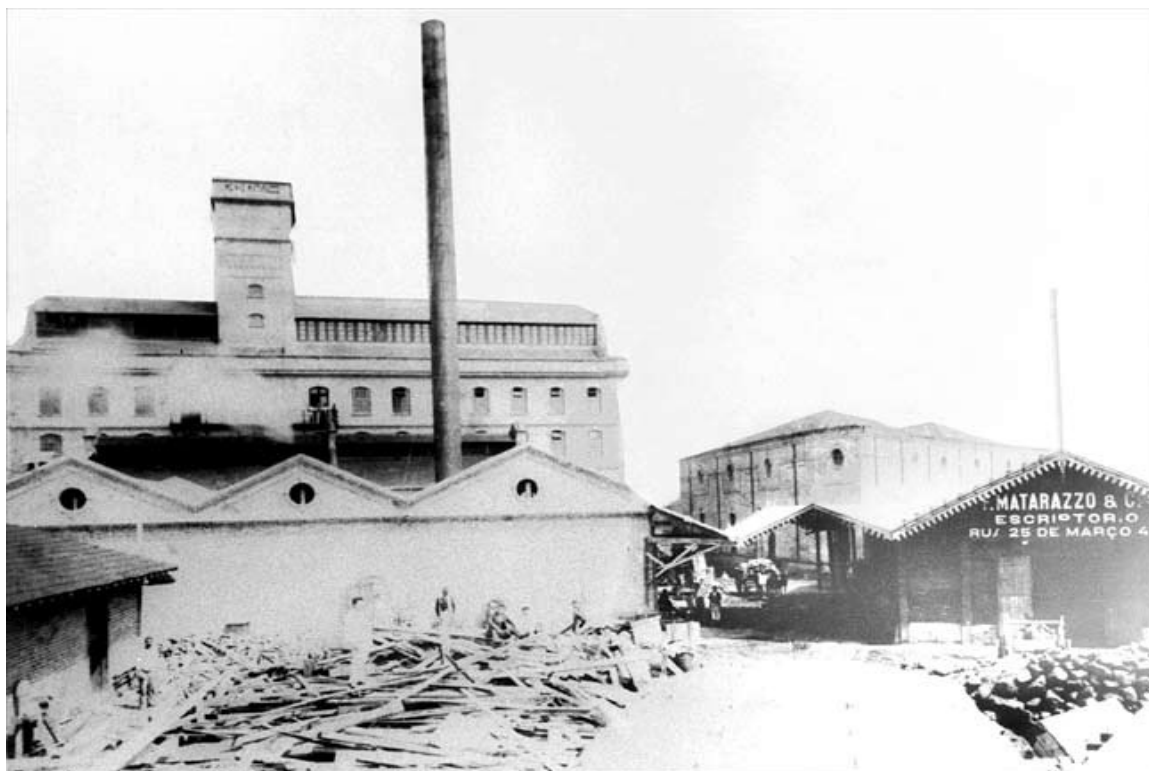
Andrade (1991) destaca que no início do século XX as maiores fábricas de tecido da cidade ficavam no Brás e na Mooca, concentrando cerca de 70% da força de trabalho desse ramo.

Dentre as indústrias que se instalaram no Bairro da Mooca, temos o Grupo Matarazzo e o Cotonifício Crespi.

O Grupo Matarazzo atuou nos primeiros anos do século XX, sendo localizado junto a São Paulo Railway, com a fábrica de fósforos “Sol Levante”, que em 1910, foi vendida para a “Fiat Lux”, sendo que, posteriormente, no mesmo local, o grupo Matarazzo instalaria uma refinaria de açúcar em 1910 e um moinho de sal em 1915.

As instalações das indústrias Matarazzo, como mostra a **Figura 9**, na Mooca tinham como principal atividade a armazenagem do que propriamente a produção. Assim, eram feitos armazenamento de produtos importados e exportados, como automóveis, inflamáveis, sal e açúcar, como relata Andrade (1991) em sua obra.

Figura 9 - Moinho Matarazzo, inaugurado em 1900.



Fonte: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list28.asp>

Um fator que favorecia esse tipo de utilização era a localização junto a São Paulo Railway, onde a carga e descarga dos produtos eram facilitadas por dois entroncamentos com a ferrovia.

Outra grande empresa do Brás e da Mooca, o Cottonifício Crespi⁶, teve seu crescimento favorecido devido a indústria têxtil brasileira ter tido uma grande fase de crescimento entre o final do século XIX até a crise de 1929.

O crescimento dessa indústria têxtil no cenário nacional teve seu grande êxito nos anos de 1924 e 1926, onde ocorreram os maiores índices de importação de maquinário da época.

⁶ As indústrias Crespi receberam o nome de Cottonifício, por trabalharem com tecidos de algodão (*cotton*).

Assim o Cotonifício Crespi chegou a empregar 1.300 operários em jornadas de 10 horas e $\frac{1}{4}$ na produção de tecidos de algodão e lã, sendo equipado com 14.000 fusos e 500 teares. Tinha a fábrica às seguintes secções: fiação, tecelagem, tinturaria, malharia, aproveitamento de resíduos e oficina de preparação, distribuídas por uma área de 26.000 m², como dá destaque Andrade(1991).

Os avanços econômicos no setor, permitindo que a fábrica abrigue todos os setores da produção a partir do momento que recebe a matéria prima, fazem com que ocorra um avanço econômico, permitindo o aumento da fábrica e conseqüentemente aumentando o número de maquinários e o número de empregados.

Essa prosperidade, que é quebrada em um primeiro momento com a crise de 1929, e posteriormente com o processo de modernização que assolará o setor industrial brasileiro, torna essas fábricas ultrapassadas e obsoletas, fazendo com que os bairros onde essas indústrias se instalavam sofressem um inchaço populacional devido a mão de obra imigrante.

CAPÍTULO III: A SÃO PAULO ITALIANA

A imigração italiana torna-se fundamental para o crescimento da cidade, os grandes contingentes que se alojam na capital paulista, provocam uma mudança nos padrões locais. São Paulo fica sendo conhecida como a cidade dos italianos devido ao seu grande número de imigrantes em relação aos outros contingentes.

Os italianos alojados em São Paulo provocaram a criação de sindicatos, grupos de ajuda mútua, clubes de futebol, interferiram também na arquitetura como a criação do Edifício Martinelli e a construção do teatro Municipal, representado pela **Figura 10**.

A imponência das grandes construções trazia para a paisagem urbana a o enriquecimento da cidade, visto que seguiam um modelo americano das grandes cidades, sendo evidenciado pelo fato de quanto maior a construção, “o prédio”, maior era o capital de quem o construiu, além de, mostrar toda a beleza da arquitetura européia.

Figura 10 - Noite de inauguração do Teatro Municipal, em 1911.



Fonte: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list28>

A São Paulo italiana fica evidente principalmente nos bairros operários, na periferia da capital paulista, onde, os signos e símbolos materializados por essa população predominava na cultura vigente ali.

Este capítulo trabalha com o processo migratório até a locação desses imigrantes nos bairros, dando destaque a forma de ocupação dessa população em virtude do período econômico vigente no país.

3.1. O Processo Migratório e a Fixação

A chamada “grande imigração italiana” inicia-se entre 1886/1887, na procura de atrair mão-de-obra para as fazendas de café do interior paulista. Estas, ao criarem um amplo programa de imigração, subsidiado pelos governos do Estado de São Paulo e do Brasil, conseguiram atrair um grande contingente de imigrantes para o interior paulista.

Andrade (1991) coloca que várias tentativas foram feitas visando à introdução do imigrante. Aqui serão citadas duas: a primeira foi a introdução de imigrantes estrangeiros por iniciativa dos cafeicultores que os empregavam no sistema de parceria. A segunda consistia na fixação de imigrantes como pequenos proprietários rurais, em núcleos coloniais oficiais.

No período entre 1819 e 1890, foram organizados 108 núcleos em São Paulo, dando-se um destaque maior a quatro núcleos oficiais criados na década de 1870, nas imediações da cidade de São Paulo: Santana, Glória e São Caetano (com atividades no setor ceramista) e São Bernardo, tendo estes que produzir gêneros de primeira necessidade.

Com o insucesso em todas as tentativas de estabelecer o imigrante no interior paulista, inclusive as duas citadas, o governo brasileiro encontrou a solução apenas na década de 1880.

A Lei de Terras, de 1850, que institui o acesso à propriedade da terra por meio da compra, implicava na imigração subsidiada pelo Estado, evitando que os fazendeiros gastassem com a viagem e com o estabelecimento dos imigrantes. Esse procedimento liberava também, os imigrantes da dívida contraída com os fazendeiros no processo de imigração. Tais medidas tinham o objetivo de não comprometer a economia colonial, que se mantinha por meio da agricultura de exportação.

A Lei de Terras permitia também novos tipos de colonização por parte dos imigrantes, como podemos destacar na região Sul do Brasil, visto que, nessa região os imigrantes poderiam ser proprietários de terras, pois o governo brasileiro tinha o interesse de habitar o local e consequentemente defender as fronteiras brasileiras.

Carmo (2002) analisando obras de Pasquale Petrone afirma que o incentivo à vinda de estrangeiros se deveu a necessidade de oferecer condições para o desenvolvimento da pequena propriedade que, ao lado do latifúndio se tornaria seu

auxiliar – e não concorrente no mercado de trabalho – e agente modernizador da economia.

Carmo (2002, p.68) enfatiza que, nessas regiões,

a pequena propriedade pudesse criar condições para o surgimento de uma camada social que ficasse entre o grande proprietário de terra e o escravo. Além de consumidora ela oferecia mão de obra para o mercado de trabalho e diversificaria a economia com a produção de gêneros alimentícios, a que o latifúndio não se propunha. Com técnicas artesanais novas, e outros tipos de experiência agrícola, além de diferentes hábitos de vida, essa camada social contribuiria para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado.

Em contrapartida, o contingente imigrante que vem para o Estado de São Paulo era apenas mais um assalariado na lavoura. Andrade (1991), afirma que foi elaborada uma ideologia do trabalho, na grande lavoura, que viabilizava o projeto de introdução de imigrantes para a lavoura de café. Assim, essa ideologia, que legitimava a aspiração do imigrante à condição de pequeno proprietário, depois da permanência na fazenda de café como colono, garantia à sobrevivência da economia colonial e o fluxo migratório.

O imigrante que vinha para o Brasil e posteriormente para São Paulo com o ideal de obter com sua família o próprio sustento, por meio da terra e da venda de excedentes da produção, já demonstrava uma pré-disponibilidade para o trabalho árduo, valorizando-se e promovendo-se em busca de seus ideais e em uma melhor condição de vida que era encontrada na Europa.

Esse imigrante que vinha da Europa fugia do período de proletarização do trabalhador rural. Conseqüentemente, o imigrante fugia do desemprego generalizado que ocorria na Europa, concomitantemente associado ao período de guerras.

O fluxo migratório vindo das fazendas de café para a capital, em conjunto com o fluxo de imigrantes que chegavam do porto de Santos para a Hospedaria dos Imigrantes, proporcionou o aumento demasiado da população estrangeira na cidade de São Paulo.

De acordo com o Arquivo do Estado (2001, p.51) de 1866 a 1873, introduziram-se no país 304.796 imigrantes, equivalendo à média anual de 21.771.

Em 1887, essa cifra subiu para 54.990 imigrantes, dos quais 34.710 encaminharam-se para São Paulo. A imigração, sobretudo italiana, cresceu de tal forma que, entre os anos de 1881 a 1891, chegou a 330.392 pessoas que se radicaram no Estado, e um terço desse total em centros populosos, aumentando a população das cidades, em detrimento das suas condições de salubridades.

A **Tabela 4** então, evidência a importância da imigração de italianos e portugueses principalmente para o estado de São Paulo, e na medida em que São Paulo tornava – se centro econômico do país, primeiramente através do café e posteriormente através da indústria, tornava-se também o principal destino dos processos migratórios.

Tabela 4 – Brasil e Estado de São Paulo – Entrada de Imigrantes: 1827 a 1940

Italianos				Portugueses		
Período	São Paulo	Outros Estados	Brasil	São Paulo	Outros Estados	Brasil
Até 1886	20.968	127.347	148.315	13.353	231.764	245.117
1887-1900	564.800	325.870	890.670	72.825	189.512	271.337
1901-1920	278.807	71.089	349.896	201.426	338.274	539.700
1921-1934	75.925	34.654	110.579	118.483	204.367	322.850
1935-1940	5.753	3.079	8.832	24.325	35.337	59.662
1941-1945	37	239	276	1.986	7.087	9.073
1887-1945	925.322	434.931	1.360.253	419.045	783.577	1.202.622
1901-1945	360.522	109.061	469.583	346.220	585.065	931.285
1921-1940	81.678	37.733	119.411	142.808	239.704	382.512
1921-1945	81.715	37.972	119.687	114.794	246.791	391.585
1901-1940	360.485	108.822	469.307	344.234	577.978	922.212

Espanhóis				Japoneses		
Período	São Paulo	Outros Estados	Brasil	São Paulo	Outros Estados	Brasil
Até 1886	1.347	16.269	17.616	-	-	-
1887-1900	93.777	91.564	185.341	-	-	-
1901-1920	229.362	69.823	299.185	28.903	403	29.306
1921-1934	61.323	21.043	82.366	132.725	2.356	135.081
1935-1940	1.834	1.750	3.584	26.441	-	22.680
1941-1945	69	206	275	1.645	-	1.548
1887-1945	386.365	184.386	570.751	189.714	-	188.615
1901-1945	292.588	92.822	385.410	189.714	-	188.615
1921-1940	63.157	22.793	85.950	159.166	-	157.761
1921-1945	63.226	22.999	86.225	160.811	19.630	180.441
1901-1940	292.519	92.616	385.135	188.069	-	187.067

Outros				Total		
Período	São Paulo	Outros Estados	Brasil	São Paulo	Outros Estados	Brasil
Até 1886	17.436	-	217.401	53.104	575.345	628.449
1887-1900	178.015	199.965	140.953	909.417	578.884	1.488.300
1901-1920	85.144	165.864	251.008	823.642	645.453	1.469.095
1921-1934	195.866	144.540	340.406	584.322	406.960	991.282
1935-1940	19.246	23.536	42.782	77.599	59.941	137.540
1941-1945	1.062	6.234	7.260	4.763	13.669	18.432
1887-1945	479.297	303.12	782.409	2.399.473	1.704.907	4.104.650
1901-1945	301.282	340.174	641.456	1.490.326	1.126.023	2.616.349
1921-1940	215.112	168.076	383.188	661.921	466.901	1.128.822
1921-1945	216.138	153.178	369.316	666.684	408.570	1.147.252
1901-1940	300.256	333.940	634.196	1.485.563	1.112.354	2.597.917

Fonte: Arquivo do Estado, 2001, p.38

Adaptado por: CASTRO, 2009.

Hall (2004) coloca que, em 1893, os estrangeiros já formavam a maioria da população na capital, chegando a 54,6%, mas após anos de imigração reduzida, em 1920 a porcentagem de estrangeiros cai para 35%.

Segundo o autor (2004), dado interessante foi o revelado pelo recenseamento de 1934, onde foi registrado que 67% da população paulistana eram de estrangeiros ou descendentes de estrangeiros.

Ainda Hall (2004, p.122), cita que *“uma vez na cidade, os imigrantes tendiam a procurar emprego e moradia nos bairros industriais situados nas vizinhanças das linhas das estradas de ferro”*, locais esses que cresciam por meio do crescimento da indústria. A procura por esses bairros ocorria devido a muitos imigrantes ao chegarem à cidade de São Paulo, saltassem dos trens antes da sua chegada a Hospedaria ou após o seu registro na Hospedaria, eles se deslocassem próximo a aos trilhos das linhas férreas, pois era onde estavam localizados os principais bairros de imigrantes.

Monbeig (2004, p.42-43) destacava as qualidades dos imigrantes, não os tratando como qualquer mão de obra, mas como uma população que chegava a São Paulo, na busca de um determinado tipo de emprego, quando cita que,

não se tratava ainda da massa de imigrantes, de proletários em busca de qualquer trabalho por um salário qualquer. A maioria dos membros dessa colônia inicial eram artífices, comerciantes ou engenheiros. O grupo dos italianos ainda era modesto, integrado por alguns comerciantes de massas, de frutos do mar e de pescado. Os ingleses eram médicos, relojoeiros, mecânicos; um deles possuía uma serraria a vapor, provavelmente a primeira de São Paulo, e tinha comprado uma chácara às portas da cidade, outros vieram para fazer o cadastramento urbano e para dirigir os trabalhos de canalização das águas [...].

O trecho do texto de Pierre Monbeig enfatiza também a importância do imigrante no crescimento da cidade. Traz em seu texto uma nova cara ao imigrante que chegava a capital paulista, trazendo conhecimentos vinculados à engenharia, atividades industriais, entre tantas outras atividades que a população paulistana tinha conhecimento mínimo ou nenhum conhecimento sobre o assunto.

Carmo (2002, p.100) corrobora com Monbeig ao citar que em “1875, na cidade de São Paulo, os imigrantes italianos dedicavam-se a bater de porta em porta em busca de sapatos para consertar.” Assim, esses imigrantes empregavam as habilidades artesanais que já tinham ou até mesmo haviam adquirido no Brasil.

Alves (1998), ao tratar do imigrante que se aloja na cidade, escreve que este traz ideais libertários e a consciência de classe mais arraigada, tendo eles muito mais contato com o que estava acontecendo no mundo e acompanhavam com mais facilidade as transformações sociais.

Essa observação que Alves (1998) coloca sobre os imigrantes que se fixam na cidade, pode ser confirmada por meio da criação de sindicatos. É interessante notar que a idéia de sindicato começa a ser difundida a partir do início do século XX.

Andrade (1991), ao tratar dos imigrantes que se fixaram na cidade de São Paulo, traz em sua obra o desconforto que esses imigrantes traziam para a elite paulistana, relacionando a propagação de moléstias, como o cólera, os altos índices de furtos, tendo 75% dos presos como sendo estrangeiros, importados à custa do Estado. Outro fator foram os prejuízos causados pela imigração, no qual o real motivo de trazer imigrantes para o Estado de São Paulo não estava sendo atingido.

Ainda Andrade (1991) enfatiza que o deputado Paulo Novaes, ao atacar o sistema de imigração subvencionada, deixa claro também como a elite vê o imigrante que optou pela cidade. Segundo ele, o sistema vigente de imigração subvencionada não traz os melhores resultados à lavoura e promove a fixação nas cidades de desocupados e criminosos.

Devemos lembrar que a proposta de financiar a imigração, era em primeiro lugar para substituir a mão de obra escrava por mão de obra imigrante nas lavouras de café.

A fixação desses imigrantes na cidade de São Paulo ou em outras paradas de trem no trecho Santos - São Paulo, não era o real destino no qual eles foram pagos para vir, e sim, para trabalhar nas fazendas de café.

O crescimento da cidade de São Paulo após a chegada de grandes contingentes de imigrantes obriga a Província a fazer melhorias na infraestrutura urbana. Monbeig (2004, p.51-52) enfatiza algumas dessas melhorias na região do Vale do Tamanduateí citando que,

a várzea do Tamanduateí recebeu um primeiro conjunto de melhorias, junto com o arruamento da Ladeira do Carmo, a

transformação em jardim público de parte dos pantanais e a construção de uma estrada no lugar do antigo caminho que levava as colinas da Mooca. Mais tarde, em 1886, essa estrada se transformaria numa rua conduzindo para sítios que em seguida foram sendo loteados.

Os avanços das transformações nessa região ocorreriam também após a canalização do Tamanduateí, a partir de 1896, sendo parcialmente coberto, cedendo lugar à rua 25 de Março, atual centro da cidade de São Paulo.

O crescimento da cidade também está intimamente ligado ao surgimento de indústrias, com crescimento demasiado, principalmente no período de crise do café, correspondente entre os anos de 1900 a 1943. A indústria, principalmente a de bens de consumo como mostra a **Tabela 5**, torna-se o principal fator para o crescimento horizontal da cidade, que quanto mais longe essas indústrias fossem instaladas do centro da cidade, maior seria o crescimento desta cidade.

Tabela 5 – Cidade de São Paulo – Atividade Industrial: 1921-1922

Indústria	Números
Têxteis –	93
Tecidos de algodão	37
Malharia	39
Tecidos de seda	8
Tecidos de lã	6
Tecidos de juta	3
Fábrica de calçados	83
Fábrica de chapéus	36
Sapateiros	609
Marceneiros	250
Tintureiros	124
TOTAL	1.195

Fonte: Arquivo do Estado, 2001, p.82

Adaptado por: CASTRO, 2009.

A crise gerada devido à superprodução faz com que o governo federal passasse a reduzir as importações devido à criação da indústria têxtil nacional apta a transformar o algodão produzido no Nordeste do país. Essa medida foi aprovada pela opinião pública, que não podia mais aceitar que a economia brasileira apenas se apoiasse em um tipo de cultura de exportação.

3.2. As Formas de Manter a Cultura

Antes de dar destaque à imigração italiana que ocorreu na cidade de São Paulo no final do século XIX e início do século XX, deve-se abordar a temática de como esses grupos de imigrantes valorizavam os seus costumes e suas tradições.

As formas de manter a cultura não ocorrem de maneira homogênea em todos os lugares. Como já foi dito anteriormente no trabalho, a cultura não é inerte as transformações do espaço e as novas necessidades da população que vive nele. Portanto, o trabalho enfoca três aspectos fundamentais para a compreensão de uma cultura: a língua, as festividades e rituais religiosos e a comida, sendo que estes requisitos fazem parte da interação entre o mundo da casa (privado) e uma esfera de socialização mais ampla (público), como coloca Fausto (1998).

Embora a língua para o imigrante tenha sido uma barreira para se comunicar neste novo espaço, ela funcionava como uma forma consciente ou inconsciente de resistir à integração. Segundo Fausto (1998), este tipo de comportamento fazia, por exemplo, com que os imigrantes japoneses evitassem entrar em contato com brasileiros devido à dificuldade de comunicação.

A língua também era utilizada dentro das casas como uma forma de não esquecer o local de origem, mantendo a cultura de origem. No caso do imigrante italiano, a língua também tinha a função de identificar de que parte da Itália era oriundo. Devido à unificação italiana, a língua servia para estabelecer um regionalismo cultural, sendo que essa substituição dos dialetos regionais por uma “língua” italiana ocorre no Brasil devido a leituras da imprensa italiana.

Oliveira (2006, p.49) destaca que a mudança de língua era sentida como necessidade para afirmar a mudança de status. O uso do dialeto permaneceu como traço das camadas mais incultas e pobres da população.

A comida proporcionava que fossem perceptíveis as diferentes culturas regionais dentro de cada grupo étnico. Colocar que apenas a massa representa a cultura italiana, seria restringir essa cultura apenas algumas regiões da Itália, negando os costumes de outras regiões.

A comida também seria um fator fundamental para a sobrevivência de famílias através da comercialização desta, na caracterização dos bairros, pelas nacionalidades que predominam, atraindo pessoas de outras regiões para usufruírem essas especiarias.

Os rituais e festividades religiosas, assim como a comida e a língua, possuíam um caráter regional. As festas religiosas traziam as características da região de que vinham, sendo de suma importância para organizar a comunidade.

Fausto (1998), ao tratar dos rituais familiares, diz que estes se associavam aos momentos decisivos da vida de um integrante da família, conforme a etnia – o nascimento, a iniciação como integrante da comunidade, o casamento, a morte. A forma de tratar cada uma dessas passagens variava de acordo com as tradições religiosas de cada família.

Duvignaud (*apud* CLAVAL 2001, p.131) trabalha a festa como uma ruptura coletiva e particularmente clara e significativa no desenvolvimento ordinário dos dias. Assim, a festa dá ritmo aos momentos mais importantes da vida familiar – nascimento, casamento, morte – lembrados a cada ano nos aniversários.

Ainda para este autor, as festas de vida coletiva, religiosa ou cívica, são organizadas com datas fixas que correspondem frequentemente aos grandes momentos dos ciclos cósmicos e aos acontecimentos maiores da vida da cidade. Portanto, a festa proporciona o sentimento de vida coletiva, de identificar-se com o grupo.

Itani (2003, p.7), corrobora com as idéias de Duvignaud, colocando a *“festa como um fato social, histórico e político. Ela constitui o momento e o espaço da celebração, da brincadeira, dos jogos, da música e da dança”*.

A autora (2003, p.7-8) ainda complementa que a festa *“constitui espaço de produção dos discursos e dos significados e, por isso, também dessa criação na qual as comunidades partilham experiências coletivas”*.

Deve-se dar um destaque as transformações na paisagem que a religião proporcionou no período e proporciona até hoje. O número de igrejas, templos, sinagogas que começaram a aparecer, contribuindo também para a identificação da comunidade com o lugar, cria um choque religioso na capital, sendo que esta teve sempre como principal religião a católica.

Fausto (1998) comenta que, no bairro do Bom Retiro, de predominância judaica, o comércio fechava aos sábados em respeito ao *shabat*.

Assim, a capital paulista sofre várias transformações culturais decorrentes do processo imigratório.

Atualmente, ainda é possível identificar essas construções ao longo da cidade, sendo que muitas ainda trazem em sua história os mesmos modos de celebrar

estas festividades, chegando a ser até ponto de encontro de etnias não tão numerosas quanto à italiana e a portuguesa.

Deve-se também dar destaque as festas religiosas que passam a acontecer com mais freqüência na cidade de São Paulo, Rosendahl (2006), ao trabalhar com o espaço sagrado e com o espaço profano, afirma que em tempos de festa o espaço sagrado dilata-se, incorporando parte do espaço profano, mostrando que embora o lugar seja o mesmo, a sua concepção simbólica é diferente, variando de acordo com o imaginário popular comum a uma comunidade.

A autora (2006) coloca que o tempo sagrado – o tempo das festas – é de natureza reversível, recuperável, repetitivo, devido à em cada festa periódica reencontrarmos esse mesmo tempo.

Bosi (1994, p.125-126), ao descrever o relato de um antigo morador da cidade apresenta neste relato a lembrança da festa de São Vito Mártir, representada pela **Figura 11**, festa essa que ocorre até os dias de hoje.

Havia no Brás, uma festa de rua, a de São Vito Mártir. Iluminavam a Rua do Gasômetro, a Santa Rosa, a Assunção, imediações da Igreja. Armavam palanques para um concurso de bandas que vinham do interior de Campinas, Jundiaí... Davam prêmios até em Libras esterlinas para os músicos (naquele tempo, uma Libra esterlina valia oito mil-réis). Os fogos de artifício eram uma coisa extraordinária. No fim da festa tinha um bombardeio que estremecia todas as vidraças do centro da cidade (...). Comia-se ghimirella, carne de carneiro tostada, e pizza bem mais gostosa que a de hoje. Era uma festa de bareses, puglianeses, napolitanos, todos da baixa Itália.

Figura 11 – Festa de São Vito Mártir, no bairro do Brás⁷



Fonte: CASTRO, 2009

⁷ A Festa de São Vito Mártir ainda é hoje a maior festa de imigrantes que ocorre no Brás. Sua importância está relacionada em ajudar famílias carentes do bairro com creches além de manter a cultura italiana. A festa ocorre desde 1918.

3.3. A Imigração Italiana

O objetivo do destaque dado à imigração italiana é apresentar um breve resumo dessa classe de imigrantes que se concentram nos bairros do Brás, Bom Retiro, Mooca e Belenzinho.

Deve-se dar destaque a dois fatos antes da leitura deste subcapítulo. O primeiro fato é a existência de imigrantes italianos em outros bairros, só que em menor quantidade. O outro fato que merece destaque é a existência de outros imigrantes de outras nacionalidades dentro destes bairros.

Embora os italianos fossem imensa maioria eles não eram os únicos a morarem nos bairros operários. Pasquale Petrone (2001, 127) ao abordar a temática comenta que,

do conjunto da massa de imigrantes italianos que se dirigiam para a cidade de São Paulo no último quartel de século passado e nos primeiros lustros deste século uma parte instalou-se em bairros relativamente próximos ao centro, a exemplo da Bela Vista (Bexiga), Consolação, Barra Funda, Bom Retiro, Brás, Mooca e outros.

Ainda Petrone (2001, 127-128) relata

no cinturão em torno do centro da cidade definiram-se, dessa forma, inúmeras “pequenas Itálias” em certos casos caracterizados pela presença de pessoas oriundas de determinadas regiões da península dispostas contiguamente a setores nos quais prevaleciam espanhóis, judeus, negros e outros.

Aliás, os primeiros contingentes de imigrantes italianos foram para as lavouras de café do interior paulista, retornando posteriormente, mas não em sua totalidade, para a capital.

Cabe ressaltar que os primeiros contingentes de italianos que vinham para o Brasil, fugiam da Itália por problemas políticos, econômicos e sociais, visto que a Itália estava passando por um período de unificação das províncias que se concretizaria em 1871.

De 1869 a 1962, partiram da Itália para trabalhar no exterior, primeira nas Américas e depois para outros países da Europa, cerca de 24 milhões de imigrantes, visto que somente para o Brasil, entre os anos de 1884 a 1939, desembarcaram nos portos brasileiros 1.412.263 imigrantes italianos.

Oliveira (2006) ressalva que esses emigrantes saíram antes mesmo de se tornarem italianos, sendo que para muitos só existiam suas aldeias ou no máximo, suas províncias, tornando-se italianos, apenas no Brasil.

Durante o período de unificação italiana e posteriormente a ascensão de Mussolini ao poder, a identificação do “italiano” com sua terra natal torna-se antagônica, pois durante o seu processo migratório, muitos italianos partiram de regiões que posteriormente se unificariam a Itália, provocando um sentimento ou não, de perda da terra natal. Esse sentimento ocorreria ou não, de acordo com a posição política do imigrante, levando-se em consideração se ele (o imigrante) era a favor ou contra a unificação.

O período de unificação da Itália, que culmina em 1871, mostra as províncias do Norte em contradição com as províncias do Sul, ou respectivamente, a indústria em contradição com o campo, proporcionando a fuga de muitas famílias para o continente americano.

Em contrapartida, a ascensão do fascismo com a legitimação do poder a Mussolini, faz com que os imigrantes olhem a Itália de forma diferente.

Se antes cada imigrante considerava-se primeiramente provinciano, com origem somente na província, e somente no Brasil era considerado italiano, agora, com o auge do fascismo na Itália, cada imigrante ou filho de imigrante, tornava-se antes de tudo italiano.

O processo de alojamento dos imigrantes italianos ocorre, inicialmente, na região do bairro do Brás, bairro este que possuía característica industrial.

Um dos principais fatores para o alojamento desses imigrantes no bairro do Brás, e posteriormente nos bairros a leste do rio Tamanduateí, foi devido ao fato da localização da Hospedaria ser próxima da estrada de ferro da São Paulo Railway, que trazia os imigrantes do Porto de Santos até São Paulo. Também as características da própria população imigrante, que chegava da região norte da Itália, região que já possuía características industriais.

Outro fator, já citado anteriormente, foi a própria rejeição por parte da elite paulistana, o que induziu esses imigrantes a se alojarem nessas regiões mais periféricas, tendo o rio Tamanduateí, um divisor natural da sociedade vigente.

Deve-se dar um destaque especial ao fato da elite paulistana utilizar os ideais nacionalistas para ver o imigrante como o “outro”. Oliveira (2006) enfatiza que ela (a elite) usa de sua história e tradição para diversificar-se étnico e culturalmente do imigrante, não importando a riqueza de seus bens.

O debate social mostrava a preocupação de o brasileiro não se transformar no “outro”.

Oliveira (2006, p.46) cita que,

se a imigração branca européia, permitia a recomposição étnica e a prosperidade do país, era preciso cuidar para o brasileiro não se tornasse submisso a povos mais fortes e mais energéticos.

Tal preocupação enfatizava duas preocupações dos nacionalistas brasileiros, a de um crescimento da população imigrante e descendente de imigrante, que antes, chegava ao Brasil para clarear a raça e para desenvolver um novo setor econômico e concomitante a isso, a falta de habilidade da população brasileira em trabalhar nesse novo setor econômico que era a indústria, tornando a concorrência entre imigrantes e brasileiros no mercado de trabalho acirrada, tendo certa preferência para a mão de obra imigrante.

O imigrante italiano que vinha para a capital paulistana apresentava uma maior familiaridade com os centros urbano-industriais. Esses imigrantes trazem para a capital paulista a idéia de sindicatos, como destaca Hall (2004, p.124), “até o *Jornal da União dos Sindicatos de São Paulo, La Lotta Preletaria, saiu durante vários anos em italiano, como uma grande parte da imprensa operária até a década de 1920*”.

Bertonha (2004) lembra que, no início do século XX, cerca de 80% dos operários paulistanos eram italianos, e dentro do movimento operário no período, entre 1890 e 1920, dos quarenta e dois principais líderes operários de São Paulo, oito eram brasileiros, seis espanhóis, seis portugueses e vinte e dois italianos. Ainda Bertonha (2004, p.35) corrobora com as idéias de Hall (2004), quando coloca que,

a língua constante na maioria das centenas de jornais e panfletos publicados pelos operários em São Paulo naqueles anos, também era o italiano, que era igualmente utilizado nos comícios, nas

manifestações, nas encenações de teatro e em outras manifestações da cultura operária daquele momento.

O destaque que Bertonha (2004) dá para as manifestações da cultura operária italiana revela a importância desse grupo para a constituição dos bairros operários paulistanos.

Assim, os imigrantes italianos formavam também a maioria da força de trabalho, sem excluir a participação de outras nacionalidades, fato que pode ser explicado por certa diversificação do mercado de trabalho decorrente de uma incipiente divisão técnica de trabalho, como cita Andrade (1991).

Em uma publicação referente à memória urbana da cidade de São Paulo o Arquivo do Estado (2001, p.51) destaca a imigração italiana, fazendo referência aos seus empregos e aos seus costumes, citando que:

até o final do primeiro quartel do século XX, os italianos constituíam a maioria da classe operária, como também dos que se dedicavam a outras profissões, como, por exemplo, jornaleiros, barbeiros, confeitores, cocheiros engraxates, entre outros. Nas ruas centrais da cidade, era notória sua presença quer pelo linguajar, quer pelo tipo físico, que ainda, pelos usos e costumes característicos: como cachimbos, bonés de pano, entre outros.

Patarra (1998) ressalta a situação dos imigrantes que trabalhavam nas fábricas paulistanas. Os operários, em São Paulo, na grande maioria não eram analfabetos. Desse modo, trouxeram habilidades manuais e técnicas que não se encontrava no Brasil.

A indústria têxtil era a que mais absorvia mão de obra, seguida da indústria de produção alimentícia e da indústria de vestuário.

A introdução de novas técnicas proporcionava o interesse pelos donos das fábricas em contratar o operariado imigrante.

Assim, a mão de obra imigrante torna-se primordial para o desenvolvimento industrial da cidade de São Paulo, sendo que, a atividade fabril ocorria desde oficinas de garagem até as grandes fábricas.

3.4. O Cotidiano dos Bairros Industriais

A busca para a compreensão do cotidiano no início do século XX, fez entendermos como a comunidade italiana se reorganizava em um novo ambiente, agora a cidade de São Paulo, e como convivia com outras comunidades de imigrantes e com a antiga comunidade paulistana.

Fausto (1998, p.27) coloca que *“a autopercepção do imigrante como outro e a visão etnocêntrica do nacional sobre ele contribuíram para reforçar laços de grupo e laços familiares, pelo menos em uma primeira fase”*.

Dessa forma, a criação de bairros étnicos, como o caso das colônias japonesa, judaica e síria, proporcionava um sentimento nacionalista da população paulistana em relação aos imigrantes. Contudo, estes se organizavam em grupos e buscavam no outro uma forma de ajuda para se estabelecerem neste novo ambiente.

Ainda Fausto (1998), cita que esses laços de grupo faziam referência a microssociedades⁸, sendo que estas podiam ser confundidas com as esferas públicas e privadas.

Oliveira (2006) ao tratar da imigração italiana, faz referência ao fato das relações pessoais familiares, entre membros originários da mesma aldeia, ser fundamentais, explicando o fato, de muitos se agruparem, se ajudarem e recriarem a sociedade de sua aldeia de origem.

Portanto, a criação de bairros étnicos representava um fator de intimidade e segurança em contradição com as divergências da vida na cidade.

Para o imigrante, esta ordem estabelecida pelo grupo, faria com que este conseguisse reproduzir um pouco da sua origem neste novo lugar, oferecendo meios para que seus antigos hábitos e costumes fossem restabelecidos. Assim, a casa, retratada pela **Figura 12**, a família, a religião e a comida contribuíam para firmar esses costumes.

⁸ Microssociedades eram pequenos grupos de ajuda mútua que abrigavam os imigrantes, da mesma nacionalidade, recém chegados ou aqueles que estavam com dificuldades financeiras.

Figura 12⁹ - Casa na Rua dos Trilhos no Bairro da Mooca, em 1929.



Fonte: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list28.asp>

Nos bairros da Mooca e do Brás a situação não era diferente, embora estes bairros não pudessem ser considerados bairros étnicos, devido ao grande número de imigrantes de diversas nacionalidades, mesmo tendo, em sua maioria, italianos.

Os confrontos culturais entre brasileiros e imigrantes ocorriam a todo o momento. O confronto não necessariamente deveria ter uma agressividade, mas o simples fato de existirem grupos de ajuda mútua ao imigrante, criados pelos próprios imigrantes, já se tornava argumento para essa intolerância.

⁹ As casas de imigrantes trazem referências a símbolos religiosos na sua entrada para garantir proteção. Esta casa ainda apresenta o porão, que por muitas vezes era alugado para outras famílias.

Hall (2004) descreve outros confrontos culturais de forma mais acirrada, mas sem especificar o local onde ocorreram mesmo após o primeiro protocolo ter sido assinado entre os governos do Brasil e Itália, na tentativa de evitar novos problemas diplomáticos entre os dois países.

Ainda Hall (2004), um destes confrontos foi quando um grupo de nacionalistas invadiu uma apresentação que ocorria no Teatro São José, em São Paulo, em benefício do Hospital Italiano, obrigando sair todos os brasileiros que se encontrassem ali.

Carmo (1998, p.100) dá destaque a esses confrontos ao relatar a formação de guetos de imigrantes.

as hostilidades desenvolvidas pela xenofobia ou pela formação de verdadeiros guetos de imigrantes geraram até conflitos de rua. A estranheza dos costumes e da língua aliava – se ao ressentimento de ver os estrangeiros disputando com o trabalhador nacional os minguados empregos.

Outro destaque a esses embates apresentados por Carmo (1998, p.101) foi a notícia dada pelo Jornal Correio Paulistano, em 15 de Fevereiro de 1883 destacando *“pela alcunha de carcamanos entendem as classes inferiores da população uns estrangeiros de língua atrapalhada, muito ávidos e muito aferrados ao lucro”*.

O bairro da Mooca, no início do século XX, também era conhecido por seu movimento sindical, devido ao grande número de imigrantes oriundos das áreas industriais do norte da Itália. Neste contexto, podemos destacar a greve de 1917 que se inicia no Cotonifício Crespi e alastra-se para outros bairros como Lapa, Brás, Ipiranga e Barra Funda.

O embate entre nacionalistas e imigrantes também pode ser percebido em relação aos movimentos grevistas.

O jornal, O Paiz, em relação a greve de 1917 dá destaque ao trabalhador brasileiro, citando que este

disciplinado e de boa índole, esta sendo minado pela ação deletéria de alguns estrangeiros que desejam forçosamente promover aqui as mesmas questões sociais agora em foco nas nações européias embora essas questões sejam positivamente impróprias”. (CARMO, 1998, p.103).

Alves (1998, p.65) ao tratar do cotidiano neste bairro coloca que,

a vida no bairro da Mooca sempre foi muito provinciana. Em certo sentido, é como se fosse uma cidade dentro de São Paulo, quem viveu por lá ou continua fiel as suas ruas estreitas e nostálgicas sabe bem o que é não querer de maneira alguma deixar as tradições morrerem.

O discurso de Alves (1991) visa enaltecer o sentimento pelo local, mostrando um pouco das características físicas do bairro e a noção de tempo, que não é a mesma do resto da cidade.

O sentimento ressaltado pelo autor acima, também pode ser percebido em relatos dado ao Arquivo do Estado (2001) por Eugenio Luciano, Lybio Martire e Riccieri Eugenio Ponchirolii. O relato destes três imigrantes ressalva o cotidiano do bairro da Mooca na cidade de São Paulo entre 1920 e 1940, embora estes fizessem referência há períodos anteriores. Cabe desde já a ressalva de que ao longo do depoimento não fica explícito qual dos entrevistados estava dando seu relato.

a Mooca nascente correu depressa. Dois anos após o ato de criação, o seu perímetro urbano era tomado de um suceder de belas construções e de pequenas moradias mais modestas, mas com graça (p.59).

Na Mooca, ao tempo de sua criação, ainda pelos seus caminhos rústicos, mas com ruas arborizadas, transitavam tropas de burros, carros de bois e cavaleiros. [...]. Logo esse cenário bucólico e primitivo desapareceu sob o violento empurrão do progresso. Exatamente naquele longínquo 1867, São Paulo começou a se transformar com a chegada da Estrada de Ferro Inglesa. Um ramal estendeu-se até o bairro da Mooca, com trilhos colocados no leito de uma rua: a rua dos Trilhos” (p.60).

A minha mais antiga lembrança da Mooca é de quando, ainda menino, fui com os meus pais e uma festa junina. Era uma chácara localizada na subida da Rua da Mooca, na parte hoje cortada com o prolongamento da Rua Juvenal Parada.

Além disso, algumas vezes, aos domingos de manhã, meu pai me levava do Brás, onde morávamos, até os Armazéns Matarazzo na rua Borges de Figueiredo, onde ele trabalhava.

Tudo isso, porém, é muito vago, próprio da idade. Mais tarde, por volta de 1925, quando comecei a freqüentar a Mooca, e pouco depois quando fui ali morar, as lembranças e os fatos se tornaram mais fixos. Parece que foi ontem, ou anteontem, mas lá se foi mais de meio século. Bairro eminentemente industrial devemos considerar que foram as indústrias nele implantadas que obrigaram seus colaboradores a se fixar nas suas imediações. E assim o bairro da Mooca foi se formando. Ela, que era um bairro pitoresco, cheio de chácaras e sítios, passou a ser ocupado por fábricas, usinas e naturalmente casas de moradias para seus operários e empregados” (p.60)

Houve também a era faustosa dos circos, armados na rua da Mooca, esquina com a Almeida Lima, Rua dos Trilhos, esquina com a Taquari, Rua da Mooca antes da Paes de Barros e, na própria Paes de Barros, esquina com a Leocádia Cintra”. As sociedades dançantes familiares encarregavam-se de fazer os moradores da Mooca fruir o prazer das valsas, tangos, maxixes...” (p.61)

Antigamente, os moradores de um bairro concentravam-se em seu próprio bairro. Dificilmente ia-se a cidade para fazer compras, ou mesmo trabalhar. Compras e empregos no próprio bairro. Mas havia os que precisavam se movimentar e, dessa forma, apelavam para os transportes”.(p.61)

Os trechos destacados acima revelam o cotidiano que o bairro da Mooca possuía na São Paulo do início do século. As lembranças desses antigos moradores do bairro, em conjunto com os estudos realizados ao longo deste trabalho, evidenciaram um bairro de origem industrial, mas que conseguia suprir as

necessidades de sua população evitando que a maioria desta se locomovesse para outros bairros.

Os trechos também enfatizam o que Fausto (1998) aborda, ao trabalhar com as microssociedades de imigrantes, onde os grupos de ajuda mútua também elaboravam bailes para a diversão desta comunidade.

Dessa forma, o bairro torna-se extremamente importante para a organização dessa sociedade imigrante, sendo que, no bairro, a sua identificação com os iguais, ou seja, com os imigrantes de um mesmo país ou até mesmo de uma mesma região ocorre.

O auge do bairro da Mooca ocorre exatamente durante o início do período industrial paulistano, onde a sua paisagem sofre as principais transformações, o bairro recebe o maior número de contingente de imigrantes, e conseqüentemente, o desenvolvimento fabril em conjunto com o desenvolvimento da infraestrutura do bairro, permitisse a este, a sua ascensão na São Paulo do início do século XX.

Convém lembrar que o empobrecimento dessa área pode ser explicado por um fenômeno que ocorreu a partir da década de 1940, com a ascensão de algumas famílias italianas e sua mudança para os considerados “bairros de elite”. A partir daí, observou-se um declínio da região, proporcionando um “barateamento” do custo de vida no bairro, iniciando um processo que se tornará comum na metrópole paulista.

Com o barateamento do custo de vida do bairro, esse passa a receber um novo processo migratório.

O processo de migração pelo qual a capital passará com maior intensidade a partir da década de 1950, faz com que muitos desses migrantes que provinham principalmente do nordeste brasileiro, venham a se instalar na região, ocupando também a periferia da cidade.

Esse novo fluxo migratório caracteriza, assim, um novo confronto cultural, oriundo de uma mudança econômica, similar ao início do processo imigratório no final do século XIX.

Esse novo choque cultural não gera confrontos étnicos, como os do início do século, devido ao bairro ter sempre recebido migrantes nacionais. O destaque que está sendo dado é para a intensidade desse processo de migração que o bairro sofre.

O choque de culturas não se torna determinante para as modificações da paisagem, como no início do século XX. Essas modificações possuem um cunho

mais econômico do que cultural. Não é que a cultura não tenha influenciado, mas principalmente devido ao processo de desconcentração industrial que passa a assolar o Estado de São Paulo e que atinge diretamente as indústrias da região da Mooca.

Este processo, no qual as indústrias saem da região metropolitana de São Paulo, rumo ao interior paulista ou para outros estados do Brasil, faz com que a população dos bairros citados busque novas alternativas de trabalho.

Um choque cultural que envolve o setor comercial foi a aparição das chamadas “Casas do Norte”¹⁰, na medida em que o principal atrativo é divulgar a culinária nordestina. O aparecimento dessas novas casas de comércio mostra a importância e a quantidade de migrantes nordestinos que vieram para esta região.

Outro fato importante foi um novo rearranjo dos aspectos culturais, no qual a criação destas casas tem também o objetivo de tornar os novos locais de moradia o mais próximo possível do seu local de origem, mantendo seus costumes através da culinária e da música, que é constantemente tocada nestes locais. Este mesmo fato foi evidenciado quando tratamos da imigração italiana no início do século XX.

É importante colocar que nesse espaço de tempo, entre o auge do período industrial e os declínios, até início dos anos 1970 e 1980, com a desconcentração industrial, o bairro da Mooca cresceu e apoiou sua economia no setor terciário. Assim, como nos bairros do Brás e do Belenzinho, ainda podemos encontrar antigas fábricas têxteis que ali se instalaram, tendo o Brás mantido esta tradição de vender produtos têxteis.

A produção do bairro também era influenciada pelos fatores econômicos. O surgimento dos bairros operários no final do século XIX proporciona um novo ritmo de vida na cidade. As populações dos bairros operários possuíam a noção de tempo demarcado pelos apitos das fábricas, visto que esses eram regulados para tocar em determinados horários.

A vida na fábrica provoca uma nova forma de crescimento urbano, com a criação das vilas operárias, visto que, ao morar-se nestas vilas, o operário dependia totalmente da indústria e do dono da mesma. Ao criar a Vila Maria Zélia, Jorge Street estabeleceu aos operários que moravam nessa vila uma série de regras contra a ingestão de bebidas alcoólicas e jogos, censurando as formas de lazer dos

¹⁰ Casas do Norte são comércios que vendem apenas produtos das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse comércio tornou-se marco cultural do processo migratório das populações dessas regiões para os grandes centros do Sudeste brasileiro como Rio de Janeiro e São Paulo.

moradores da vila. Grandes aglomerações também não eram permitidas, mesmo que em algumas greves ele permitisse que seu operariado participasse.

A consciência de classe social e a formação de sindicatos por parte dos imigrantes, principalmente os italianos, fazem com que ocorram reivindicações para melhorias nas formas de trabalho, desde a diminuição das horas de trabalho até a eliminação do trabalho infantil.

Os sindicatos também serviam como centro de ajuda mútua, tornando-se não somente local de reivindicação, mas também, de formação de identidades.

As greves paulistanas sempre tiveram um caráter bairrista, inclusive a de 1917. Embora houvesse uma comunicação entre os sindicatos, as greves ocorriam dentro dos bairros industriais, não se caracterizando em ocupar toda a cidade.

O crescimento dos bairros operários faz com que ocorra uma nova forma de identidade – se antes esses bairros possuíam alemães, italianos, espanhóis e portugueses, após o forte período industrial os bairros possuem operários que, por muitas vezes, abandonam parte de seus valores culturais e por outras, tentam reafirmar esses laços, com festas de santos, regadas com comidas e danças típicas, como a Festa de São Vito Mártir, iniciada em 1918, para comemorar o dia do santo e reunir a comunidade italiana da região de *Polignano a Mare*, como já foi citado ao longo do trabalho.

O crescimento desses bairros irá proporcionar uma relação dialética entre seus habitantes, pois a cada momento eles se vêem obrigados a indagar sobre seus valores culturais, e reafirmá-los ou não a essas novas interferências.

Considerações finais

Os estudos geográficos enfatizando a cultura trazem para o centro da discussão até que ponto os fatores econômicos e os fatores políticos, são os únicos a interferirem na produção do espaço.

A cultura torna-se um fator fundamental para explicar a produção do espaço social, ou o espaço vivido e concebido, de um grupo, não importando qual o tempo histórico que estamos utilizando, se é o período do início da industrialização, período este adotado neste trabalho, ou o atual período da globalização e das grandes redes e sistemas de informação.

O período atual trará para a cultura um importante papel dentro da definição do que cada sociedade quer nesse processo de globalização e de homogeneização. A cultura torna-se argumento para a colonização, mas também é um argumento para a independência.

O trabalho deixou bem claro qual era o período estudado, bem diferente deste que estamos vivendo hoje, mas tanto no início do século XX, quanto no início do século XXI, a cultura ainda mantém a sua mesma função dentro da sociedade, a de identificar e excluir indivíduos agrupando-os em grupos.

A formação de uma metrópole e os atrativos que este novo momento produzia, proporcionaram a vinda de imigrantes para a cidade de São Paulo, cidade esta que já era um dos pólos econômicos do país e que precisava se destacar e crescer para continuar a atrair novos investimentos econômicos dentro do cenário nacional.

Este novo momento de São Paulo culminou com o novo momento do Brasil, país que possuía uma república nova, e que mudara o seu sistema trabalhista. O Brasil proporcionava que as cidades que possuísem capitais, pudessem investir em novos mercados e em novas mercadorias, fator este que culminou com a crise dos produtos agrícolas, dando-se maior destaque a crise de 1929.

O trabalho também abordou um método pouco utilizado para os estudos de cultura dentro da Geografia. O materialismo histórico e o materialismo dialético, que habitualmente são utilizados para explicar problemas geográficos políticos e econômicos, como a luta de classes, dessa vez foi fundamental para explicar a

produção do espaço cultural, colocando a cultura como este novo fator de produção do espaço.

Embora Marx e Engels, não tenham colocado o termo cultura de forma direta em suas escrituras, os destaques dados as condições das classes operárias e as suas organizações sociais permitem a utilização de seu método no estudo sobre cultura.

Logo, o materialismo histórico e o materialismo dialético irão permitir mostrar a produção do espaço através da acumulação de diferentes períodos históricos, sendo este, o espaço, de uso de uma determinada comunidade.

O uso desta comunidade é que implicará na produção do espaço cultural, visto que a comunidade dará função a este espaço e o adaptará a suas necessidades, em conjunto com a produção econômica e política deste mesmo espaço.

A criação dos bairros industriais, na periferia de São Paulo, caracteriza muito bem este processo. Enquanto a elite paulistana “empurrava” a indústria para fora dessa cidade, as pessoas que passavam a morar nesses bairros iam dando características a eles que os integrava de volta a cidade, ou seja, quanto mais se precisava de trabalhadores estrangeiros para as indústrias de São Paulo, mais precisava-se adaptar esse novo local a esses trabalhadores e mais esses trabalhadores deixavam esse novo local com características parecidas com os de onde eles vinham.

O método utilizado neste trabalho ainda é discutido em relação ao seu uso nos estudos de cultura, sendo que muitas vezes é colocado que a cultura é subjetiva e o método trabalha com o processo objetivo.

O método em si não visa estudar propriamente a cultura, mas sim as ações sociais que irão produzir o espaço. Todo homem é dotado de valores que interferiram em suas ações, valores estes religiosos, familiares, éticos, ou seja, valores culturais que ele foi adquirindo ao longo de sua história e que foram passados para ele através de algum sistema de linguagem dentro de seu grupo.

É através desses valores que podemos estudar a interferência da cultura dentro do espaço produzido, indo desde a criação de uma nova atividade comercial, que traz resquícios do seu local de origem até o resgate de antigas tradições, que visem contribuir na identificação do grupo.

Os traços culturais na produção do espaço são perceptíveis tanto nas pequenas vilas quanto nas grandes metrópoles mundiais, através da estrutura organizacional da vila em torno da igreja que guarda o padroeiro daquela comunidade até a criação de festas nas grandes cidades que trazem um resgate do local de origem das antigas populações que construíram aquele bairro.

São Paulo deixa esse resgate bem claro dentro de seus bairros, a cidade além de proporcionar a festa do imigrante, na antiga hospedaria do imigrante, ainda traz festas italianas, como as trabalhadas neste texto, quanto a Mainfest, que comemora a chegada da primavera no hemisfério norte pela colônia alemã, e a festa de Okinawa na Vila Carrão, que resgata as tradições da colônia japonesa nesse local.

Andar por São Paulo, principalmente nos bairros mais antigos, proporciona uma viagem a diversos pontos do planeta, visto que cada comunidade enfatiza e deixa claro os seus traços culturais nas ruas, nas bancas de jornal, nas propagandas, no comércio e principalmente em sua fala.

Assim, ignorar o materialismo dialético e o materialismo histórico nos estudos sobre cultura é assumir que este método, é válido apenas para mostrar a produção econômica do espaço, e que estamos fadados a ignorar, ao utilizar dessa forma este método, as diferentes comunidades que existem dentro de um mesmo espaço.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.) Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 97-98.

ANDRADE, M. M. de. Bairros Além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho. Tese (Doutorado em Geografia). USP – FFLCH. São Paulo: [s.n.], 1991.

_____. Brás, Mooca e Belenzinho – “bairros italianos” na São Paulo Além-Tamanduateí. *Revista do Departamento de Geografia, USP*, nº 8, 1994. P.97 – 102.

_____. Brás, Mooca e Belenzinho: formação e dissolução dos antigos bairros “italianos” Além-Tamanduateí. *Travessia – Revista do Migrante*, Ano XIII, nº 38, set/dez 2000. P.5-10.

ALVES, M. R. Casas paulistanas – Pequenos tesouros da Mooca na transformação de São Paulo. São Paulo: Casa Paulistana de Comunicação, 1998.

ARAÚJO, M. de F. I. Os cem últimos anos na história da cidade e a formação da grande São Paulo. In: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo no limiar do século XXI - Cenários da urbanização paulista - A região administrativa da Grande São Paulo. São Paulo: Secretaria do Planejamento e Gestão, Fundação Seade, 1992.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. Volume 1 – Texto Histórico.

_____. Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. Volume 2 – Estatística.

_____. Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. Volume 3 – Mapa.

AZEVEDO, A. de. O Cortiço. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. A cidade de São Paulo – Estudos de Geografia Urbana. In: AZEVEDO, A. de. A Evolução Urbana. Volume II. São Paulo: Companhia Nacional, 1958.

BALANDIER, G. O Contorno: poder e modernidade. Tradução de Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAUMAN, Z. Comunidade, a Busca por Segurança no Mundo Atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERTONHA, J. F. A imigração italiana no Brasil, São Paulo: Editora Saraiva, 2004. (Coleção Que História é esta?).

BOSI, E. Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos. 11ª Edição. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. Cultura de Massa e Cultura Popular. Leitura de Operárias. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BURITY, J. A. Mudança Cultural, Mudança Religiosa e Mudança Política: para onde caminhamos? In: BURITY, J. A. (Org). Cultura e Identidade – perspectivas interdisciplinares. São Paulo: DP&A, 2002. P.29-63.

CANEVACCI, M. A Cidade Polifônica – ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Tradução de C. Prada. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. A Mundialidade do Espaço. In: MARTINS, J. de. S. (Org). Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Hucitec, 1996b. P.121-134.

_____. Espaço-Tempo na Metrópole. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. “Novas” Contradições do espaço. In: Damiani, A. L.; Carlos, A. F. A.; Seabra, O. C.de L. O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001b. P. 62 – 74.

_____. O Espaço Urbano – Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARMO, P. S. do. História e Ética do trabalho no Brasil. São Paulo: Moderna, 1998.

CARONE, E. Movimento Operário no Brasil (1877-1944). Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1979.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CÔRRA, R. L. (Org). Explorações Geográficas. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CASTRO, D. M., ANTONIO FILHO, F. D. A cultura como forma de resistência ao processo de metropolização: o caso do bairro da Mooca-SP. *Espaço e Cultura* nº 22, Rio de Janeiro: UERJ, Jan/Dez 2007.

CENNI, F. Italianos no Brasil. São Paulo: Livraria Martins Editora, [s.d.].

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. A Invenção do Cotidiano 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. A Invenção do Cotidiano 2. Morar, cozinhar. Tradução de Alves e Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CLAVALL, P. A Geografia Cultural. Tradução de Pimenta, L. F. e Pimenta, M. de C. A. Florianópolis: Editora UFSC, 2001.

_____. História da Geografia. Tradução de José Braga Costa. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

_____. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: ROZENDAHN, Z.; CORRÊA, R. L. (Org). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. P. 59-97.

CORRÊA, R. L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001.

_____. Cultura e Cidade: uma breve introdução ao tema. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003a. P.157-160.

_____. A Geografia Cultural e o Urbano. In CORRÊA, R. L.; ROZENDAHN, Z. (Org.) Introdução a Geografia Cultural, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b.

_____. Geografia Cultural: passado e futuro – uma introdução. In: ROZENDAHN, Z.; CORRÊA, R. L. (Org). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. P. 49-58.

_____. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, R.L., ROZENDAHN, Z. (Org). Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003c. P.103-134.

COSGROVE D. E. Geografia Cultural do Milênio. In: ROZENDAHN, Z.; CORRÊA, R. L. (Org). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. P. 17-46.

COSTA, B. P. da. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHN, Z. (Org.). Geografia: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005. P. 79-113.

CRANG, P. The Geographies of Material Culture. In: CLOKE, P.; CRANG; P.; GOODWIN, M. (Org). Introducing Human Geographies. Second Edition. London: Hodder Arnold, 2005. P.168-186.

CUCHE, D. A Noção de Cultura nas Ciências Sociais. 2ª Edição. Bauru: Edusc, 2002.

DEMO, P. Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas, 1985.

DIÉGUES JR, M. Imigração, Urbanização e Industrialização, Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Institucional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1964.

DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2004.

EAGLETON, T. A Idéia de Cultura. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ENGELS, F. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAUSTO, B. Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). 3ª Edição. São Paulo: Difel, 1983.

_____. Imigração cortes e continuidades. In: NOVAIS, F. A. (Coord.); SCHWARCS, L. M. (Org.). História da vida privada no Brasil - Contrastes da intimidade contemporânea, Vol.4, São Paulo: Cia das Letras, 1998. P. 13 -63.

_____. O Crime do Restaurante Chinês – carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

FEITAS, S. M. de. Falam os imigrantes: Memória e diversidade cultural em São Paulo. In: LANG, A. B. da S. G. (Org.). Realidade brasileira: Várias questões, muitos olhares. CERU, textos 9, série 2. São Paulo: Humanitas, 2002. P. 111-132.

FREMONT, A. A Região, Espaço Vivido. Tradução de Antônio Gonçalves. Coimbra: Livraria Almeida, 1980.

FOLLIS, F. Modernização Urbana na *Belle Époque* Paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008a.

_____. Thick Description: toward na interpretive theory of culture. In: OAKES, T. S.; PRICE, P. (Org.). The Cultural Geography Reader. London and New York: Routledge, 2008b. P.30-39.

GEORGE, P. Conferências no Brasil – Secretaria de Planejamento da Presidência da República – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tradução de Olga Buarque de Lima e Henrique Azevedo Sant'ana. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

GIDDENS, A. A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas. Rio de janeiro: Zahar, 1975.

GOLDMANN, L. Ciências Humanas e Filosofia - que é a Sociologia. Tradução de Garaude, L. C. e Giannotti, J. H. São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. Dialética e Cultura. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, P. C. da C. Cultura ou Civilização: a renovação de um importante debate. In: ROZENDAHN, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. P. 99-122.

_____. Geografia e Modernidade. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOTTDIENER, M. A Produção Social do Espaço Urbano. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1993.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROZENDAHN, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. P. 169-190.

_____. Territórios Alternativos, 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, M. Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, P. (Org.). História da cidade de São Paulo - A cidade na Primeira metade do século XX 1890-1954. Vol.3. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004. P.121-132.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Tradução de Sobral A. U. Gonçalves. 14ª Edição. Loyola, 2005.

HELLER, A. O Cotidiano e a História. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOBBSBAWN, E. J. Mundos do Trabalho. 5ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IANNI, O. Raças e Classes Sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ITANI, A. Festas e Calendário. São Pulo: Edunesp, 2003.

JACOBS, J. Morte e Vida de Grandes Cidades. Tradução de C. S. M. Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KOZEL, S.; SILVA, J. da C.; GIL FILHO, S. F. (Org). Da Percepção e Cognição á representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. São Paulo: terceira Margem, 2006.

LA BLACHE, P.V. Princípios de Geografia Humana. Tradução de F. Martins. 2ª edição. Vol.1. Lisboa, Portugal: Edições Cosmos, 1954.

LACOSTE, Y. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução de M. C. França. 14ª Edição. São Paulo: Papirus, 2008.

LAKATOS, E. M; MARCONI M. A. Metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1988.

LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico. 16ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

LEFEBVRE, H. Para Compreender o Pensamento de Karl Marx. Tradução de Laurentino Capela. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

_____. O Marxismo. Tradução: J. Guinsburg. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

_____. A Revolução Urbana. Tradução de José de Souza Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVY, E. Democracia nas Cidades Globais – um estudo sobre Londres e São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

LUCIANO, E.; MARTIRE, L.; PONCHIROLI, R. E. “Bairro operário, como se o operário não fosse a força e o fulcro da ordem societária”. In: Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. P. 59-63.

LYNCH, K. A imagem da cidade. Tradução de J. L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACHADO, A. de A. Brás, Bexiga e Barra Funda – Laranja da China, São Paulo: Martin Claret, 2005.

MAIA, C. E. S. Ensaio Interpretativo da Dimensão Espacial das Festas Populares – Proposições sobre Festas Brasileiras. In: ROZENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. P. 191-218.

MAIA, D. S. A geografia e o estudo dos costumes e das tradições, *Terra Livre*, nº 16, 1º semestre, 2001. P.71-98.

MARINS, P. C. g. Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no desenvolvimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N. (Org.). História da Vida Privada 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. P. 131-214.

MARTINS, A. R. A Permanência da Deterioração Urbana como Processo: o caso do bairro do Brás em São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). Geografias de São Paulo – Representação e Crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. P.193-210.

MARTINS, J. de S. (Org). Henri Lefebvre e o Retorno á Dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A Aparição do Demônio na Fábrica – origens sociais do eu vivido no subúrbio operário. São Paulo: Editora 34, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia Alemã, São Paulo: Martin Claret, 2005a.

MARX, K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos, São Paulo: Martin Claret, 2005b.

MATTA, R. da. A Casa & a Rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATOS, M. P. O Rio de Janeiro das Escolas de Samba: lugar, identidade e imagem urbana. Relatório apresentado no Exame de Qualificação do curso de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2004.

MASSEY, D. Pelo Espaço. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELLO, J. B. F. O Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira – 1928/1991 – Uma Introdução à Geografia Humanística. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRJ Rio de Janeiro: [s.n.], 1991.

MONBEIG, P. O Crescimento da cidade de São Paulo. In SZMRECSÁNYI, T. (Org.) História Econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Globo, 2004.

MONNEROT, J. Dialectica Del Marxismo. Madrid: Guadarrama, 1968.

MORAES, A C. R. de. Geografia: Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1983. P.112 – 129.

_____. Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Geografia Pequena História Crítica. 20ª Edição. São Paulo: AnnaBlume, 2005a.

_____. Ideologias Geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil. 5ª Edição. São Paulo: AnnaBlume, 2005b.

MORAES, A C. R. de; COSTA, W. M. da. Geografia Crítica – a Valorização do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, R. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

NEGRI, B., Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990), Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N. (Org). História da Vida Privada 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

OLIVEIRA, L. L. Nós e Eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

OSEKI, J. H. O Único e o Homogêneo na Produção do Espaço. In: MARTINS, J. de S. (Org). Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Hucitec, 1996. P. 109-119.

PATARRA, N. A. São Paulo: povigente, povo vigente, povo e gente, 1998. Disponível em <<http://www.nepo.unicamp.br>> Acesso em 12 out 2005, 15:30 h.

PETRONE, P. "No cinturão em torno do centro da cidade, definiram-se inúmeras pequenas Itália's". In: *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. P. 127-145.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. M. *A Classe Operária no Brasil. 1890 – 1930. Documentos, Volume 1 – O Movimento Operário*. São Paulo: Ômega, 1979.

POCIANO, L. *São Paulo 450 anos, 450 bairros*. São Paulo: Editora Senac, 2004. P.189-190.

QUAINI, M. *Marxismo e Geografia*. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de M. C. França. São Paulo: Ática, 1993 (Série Temas – Geografia e Política, Volume 29).

RATZEL, F. Culture. In: OAKES, T. S.; PRICE, P. (Org). *The Cultural Geography Reader*. London and New York: Routledge, 2008. P. 83-89.

REIS FILHO, N. G. *São Paulo e Outras Cidades – produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Hucitec, 1994.

ROSENDAHL, Z.; CÔRREA, R. L. (Org). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

_____ *Cultura e Cidade: para uma geografia das relações entre espaço, religião e política*. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. P. 161-165.

_____ *O Sagrado e o Espaço*. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CÔRREA, R. L. (Org). *Explorações Geográficas*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P. 119-153.

ROSSINI, R. E. *A Interculturalidade na Metrópole: os Velhos e os Novos Migrantes Internacionais*. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.). *Geografias de São Paulo – Representação e Crise da Metrópole*. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2004. P.343 – 368.

SALGUEIRO, T. B. *Espacialidades e temporalidades urbanas*. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. P. 99-104.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2001.

_____ *Por uma Nova Geografia – da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6ª Edição. São Paulo: Edusp, 2004.

_____ *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SCARLATO, F. C. Busca do centro – o reencontro com a cidade. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. UM. (Org.). Geografias de São Paulo. Representação e Crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. P.247-270.

SCHIMIDT, B. V.; FARRET, R. L. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SEABRA, O. C. de L. A Insurreição do Uso. In: MARTINS, J. de S. (Org). Henri Lefebvre e o Retorno á Dialética. São Paulo: Hucitec, 1996. P. 71-86.

_____. Urbanização e Fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org). Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. P.75-95.

_____. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. UM. (Org.). Geografias de São Paulo. Representação e Crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. P.271-311.

SERPA, A. O Espaço Público na Cidade Contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

SEWELL JR, W. The Concept(s) of Culture. In: OAKES, T. S.; PRICE, P. (Org). The Cultural Geography Reader. London and New York: Routledge, 2008. P. 40-48.

SILVA, L. R. Do Senso-Comum à Geografia Científica, São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

SILVA, R. C. N. da. As várias faces do uso do bairro e a cotidianidade do morador. *Revista Geosp*, nº 3, USP, 1988. P.29-37.

SINGER, P. Economia Política da Urbanização. 10ª Edição. Brasiliense, 1985.

SOJA, E. W. Geografias Pós-Modernas, A reafirmação do espaço na teoria social crítica, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. A. A. de. Identidade da Metrópole – da verticalização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1994.

SOUZA, M. L. A Expulsão do Paraíso – o “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CÔRRA, R. L. (Org). Explorações Geográficas. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P. 43-88.

THOMPSON, E. P. Community. In: OAKES, T. S.; PRICE, P. (Org). The Cultural Geography Reader. London and New York: Routledge, 2008. P.20-28.

TUAN, Y.F. Espaço e Lugar – A perspectiva da experiência. Tradução L. de Oliveira, São Paulo, Difel, 1983.

VELHO, G. A Utopia Urbana, um Estudo de Antropologia Social. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

VIEIRA, S. G. O centro vive – O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo: sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2002.

WARNIER, J. P. A mundialização da cultura. Tradução V. Ribeiro. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

WILLIAMS, R. Cultura. Tradução de Lourenço Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. Identidade e Diferença – a perspectiva dos estudos culturais. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.